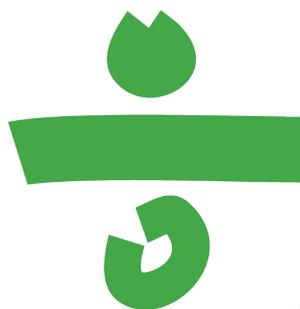


RS REAL GRANDEZA

Relatório de Atividades



2013





Relatório de Atividades 2013

Parte I

- 6 → Destaques
- 10 → Administração
- 14 → Benefícios Previdenciários
- 19 → Assistência à Saúde
- 20 → Investimentos
- 26 → Relacionamento com o Participante
- 30 → Responsabilidade Socioambiental

Parte II

- 36 → Demonstrativos Contábeis
- 45 → Resumos das Políticas de Investimento
- 53 → Demonstrativos de Investimentos
- 64 → Saúde
- 66 → Pareceres Atuariais
- 86 → Relatório dos Auditores Independentes
- 89 → Aprovação das Demonstrações Contábeis
- 90 → Outras Informações Relevantes

A manutenção do
equilíbrio em um
período desafiador



O ano de 2013 trouxe enormes desafios para a economia brasileira. A aceleração da inflação, a oscilação das taxas de juros e as incertezas em relação ao câmbio e às contas fiscais afetaram negativamente o mercado financeiro, derrubando cotações na Bolsa de Valores e a rentabilidade de papéis de renda fixa, como os títulos públicos federais, elementos básicos das nossas carteiras.

A estratégia adotada na gestão de investimentos permitiu que a Real Grandeza, apesar desse ambiente adverso, mantivesse o equilíbrio dos planos de benefícios previdenciários. Isso significa que temos recursos para honrar todos os compromissos de pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões presentes e futuros, embora a radiografia, em dezembro de 2013, não tenha sido exatamente positiva.

Fundos de pensão não vivem de momentos, é preciso avaliar a situação dos planos de benefícios no longo prazo. No período 2010-2013, por exemplo, já levando em conta o fraco desempenho de 2013, nossas carteiras de investimentos apresentaram 54,87% de rentabilidade frente aos 34,43% do mercado de fundos de pensão. O cumprimento da exigência legal de reduzir a meta atuarial em 0,25% ao ano e a realização de ajustes nas hipóteses atuariais dos nossos planos também consumiram recursos de superávit, porém, o que realmente importa é a manutenção do equilíbrio no longo prazo, com fundamentos sólidos, apesar da fotografia momentaneamente desfavorável.

Em 2013, avançamos também nos estudos que visam a centralizar na Real Grandeza a administração do Plames, hoje compartilhada com a patrocinadora Eletrobras Furnas. Parte importante nesse processo, a preparação da base de tecnologia e sistemas para dar suporte à mudança já começou a ser feita. A base integra o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que vem sendo desenvolvido, e que tem como horizonte o ano de 2016. Até lá, estão previstas novas implementações, a integração total dos sistemas atuais, a criação de um Centro de Processamento redundante e a ampliação de serviços por meio do Portal da Real Grandeza. Essas medidas visam, também, a atender novas demandas de participantes e assistidos, que na Pesquisa de satisfação, realizada em 2013, manifestaram uma elevação significativa do uso do Portal. Nossa expectativa é de que esse comportamento se consolide cada vez mais, razão pela qual trabalhamos na ampliação de serviços via internet.

Aristides Leite França
Diretor Presidente

Fundos de pensão
não vivem de
momentos, é preciso
avaliar a situação dos
planos de benefícios
no longo prazo

Destques



8,1

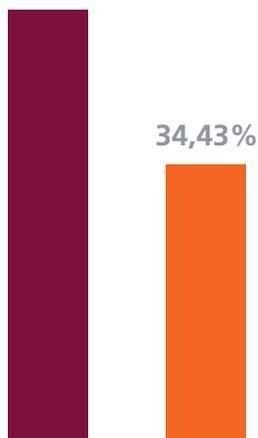
Nota obtida pela Real Grandeza, em uma escala de 0 a 10, em pesquisa de satisfação realizada com participantes e assistidos

Pesquisa de satisfação: entidade é bem avaliada

Na quarta rodada da pesquisa de satisfação realizada com participantes e assistidos, a Real Grandeza obteve nota global de 8,1, em uma escala de 0 a 10, mesma nota obtida na sondagem anterior, realizada em 2010. O levantamento estatístico quantitativo, por amostragem estratificada, foi realizado pelo Instituto Medida Certa Pesquisa e Estratégia de Gestão, por meio de 1.367 entrevistas pessoais, nos escritórios centrais de Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronuclear, e telefônicas, nas áreas regionais das patrocinadoras. Ao todo, foram ouvidos 699 participantes ativos, 464 aposentados e 204 pensionistas entre 8 de novembro e 5 de dezembro.

Os resultados apurados fornecem mais elementos para que a Real Grandeza possa planejar suas ações de modo a aprimorar serviços e adequá-los às novas demandas.

54,87%



Entre 2010 e 2013, houve retorno acumulado de 54,87% sobre os investimentos, contra uma média de mercado de 34,43%



Gestão dos investimentos: incertezas e oportunidades

Marcado pela instabilidade, o cenário econômico em 2013 teve forte impacto nos resultados dos investimentos. Apesar disso, entre 2010 e 2013, o retorno acumulado atingiu 54,87%, contra uma média de mercado de 34,43%. A queda acentuada no mercado de ações e a alta dos juros refletiram na rentabilidade e no alcance das metas, mas, por outro lado, representaram oportunidades. A Real Grandeza incorporou às carteiras de investimentos papéis de primeira linha, incluindo títulos públicos federais, que, no longo prazo, trarão retorno positivo por terem sido adquiridos a taxas de retorno superiores às metas. A política de diversificação, por sua vez, teve continuidade, com ampliação das aplicações em Fundos de Participação (infraestrutura e petróleo, por exemplo) e Fundos de Investimentos Imobiliários. Por conta dessa estratégia, além de superar os índices de referência de mercado, a Real Grandeza aprimorou a governança dos investimentos, por meio do desenvolvimento de novos modelos de análise, visando a estabelecer critérios objetivos para avaliação de cada tipo de ativo hoje existente nas carteiras dos seus planos previdenciários.

Equilíbrio Atuarial

Inserida no contexto econômico adverso que comprometeu o alcance das metas atuariais dos Planos BD e CD, a Real Grandeza atravessou o período sem danos significativos. Realizou os necessários ajustes dos parâmetros atuariais e econômicos dos dois planos, bem como alterou o método de financiamento do CD. As medidas tornaram os fundamentos dos planos ainda mais sólidos. Ao fim de 2013, o Plano BD registrou R\$ 407 milhões de superávit. Já o Plano CD apresentou déficit de R\$ 2,278 milhões. Trata-se de uma radiografia momentânea

e o déficit equivale a apenas 0,5% das provisões matemáticas, sem reflexos significativos no longo prazo. Mesmo assim, o resultado será acompanhado através de estudos específicos, que avaliem com o rigor requerido a evolução do fluxo financeiro do plano.

Modelo de análise: referência em critérios de sustentabilidade

A Real Grandeza foi a única entidade do segmento dos fundos de pensão convidada a apresentar sua experiência no campo do investimento responsável por ocasião do lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa (ISE 2014), em novembro de 2013. Na presença de representantes das 130 empresas listadas em bolsa, o modelo de análise baseado em critérios socioambientais foi apresentado e já se tornou referência no segmento. O sistema se baseia na premissa de que os papéis de empresas socialmente responsáveis oferecem menos exposição a riscos, pois a gestão dessas companhias se estrutura em modernas práticas de governança, cujo pilar fundamental é a transparência, razão pela qual tendem a apresentar melhores resultados para os acionistas e para a sociedade.

Governança: dirigentes eleitos

Tomaram posse, em outubro, os dirigentes eleitos para o Conselho Deliberativo e para a Diretoria Executiva da Real Grandeza. Reconduzido pelo voto dos participantes, Roberto Parnisset iniciou seu terceiro mandato à frente da diretoria de Seguridade. Eleito pelos assistidos, Horácio de Oliveira assumiu o cargo de Diretor Ouvidor. A escolha foi feita por voto direto, por meio do qual também foram eleitas três duplas de conselheiros e seus respectivos suplentes: Patricia Melo e Souza e Luiz Antonio A. Biancovilli; Tania Vera Vicente e Ivan Cunha Mourão; e Nelson Bonifácio Pereira e Willy Correa Ramos. Os mandatos são de quatro anos.

Central de atendimento: tratamento mais ágil e acolhedor

O aumento da demanda por informações, motivado pelo Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) da patrocinadora Eletrobras Furnas, exigiu a montagem de um esquema especial de atendimento em 2013. A modernização dos sistemas, realizada ao longo dos dois últimos anos, contribuiu para oferecer respostas mais ágeis e tratamento adequado a participantes inscritos no Programa, além dos atendimentos de rotina. A fim de orientar e dar as boas-vindas aos novos assistidos, parte da equipe, composta por 20 funcionários, trabalhou na sede da patrocinadora, no mesmo local definido para homologação das aposentadorias, de modo a facilitar a solicitação do benefício complementar à Real Grandeza. Ao todo, 1.309 empregados de Eletrobras Furnas aderiram ao PREQ em 2013.

20%

Redução nos custos de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais, em 2013

Assistência à saúde: em busca do equilíbrio

A criação, em 2010, da Central de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) permitiu à Real Grandeza reduzir em 20% os custos com a aquisição desses materiais em 2013. É um resultado expressivo, visto que, a cada ano, a inflação médica, o aumento do uso do Plano e o surgimento de novas tecnologias constituem desafios para o segmento das operadoras de saúde. Atingir o equilíbrio entre despesas e receitas é um objetivo permanente e todos os esforços da Real Grandeza têm sido no sentido de racionalizar custos sem comprometer a qualidade do atendimento nem onerar beneficiários. A exemplo do que tem sido feito em anos anteriores, em 2013 a Real Grandeza mais uma vez precisou lançar mão dos recursos do Fundo Especial de Saúde (FESP) para minimizar o impacto do reajuste de mensalidades. Esse fundo, que não recebe novos aportes desde a sua criação, vem sendo gerido de modo que toda a sua rentabilidade seja revertida em prol dos beneficiários. Entretanto, como seus recursos são finitos, a Real Grandeza vem buscando outras alternativas que garantam o equilíbrio do Plames. Entre elas, a que prevê a centralização da gestão do Plano na Real Grandeza, ainda em fase de estudo.

Administração

Patrimônio regularizado - Dois imóveis que haviam sido incorporados há 23 anos ao patrimônio da Real Grandeza, para quitação de dívidas da patrocinadora Eletrobras Furnas, tiveram a documentação regularizada em outubro de 2013, após a assinatura das Escrituras de Dação definitivas dos prédios. Os blocos A e B do conjunto de edifícios que compõem a sede de Furnas, em Botafogo, Zona Sul do Rio, possuem 16 e 7 andares, respectivamente.

Segurança e eficiência operacional - Em 2013, a Real Grandeza elaborou o seu primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que definiu os projetos a serem implementados até 2016. Ao todo, são 22 projetos que, além de atualizar tecnologicamente o parque instalado de equipamentos e sistemas, têm foco nos ganhos em eficiência operacional, segurança e conforto. Além de integrados, os sistemas e toda e qualquer nova implementação deverão obedecer às premissas do PDTI. Dois dos projetos receberam prioridade máxima: a construção de um centro de processamento de dados redundante, para garantir a integridade das informações em caso de contingência; e a criação de infraestrutura adequada para dar suporte à possível centralização da administração do Plames, hoje dividida com a patrocinadora Eletrobras Furnas, na Real Grandeza. Todas as ações visam também à redução de custos operacionais e à oferta de novos serviços de autoatendimento a participantes e assistidos por meio do Portal da Real Grandeza.

Administração



Durante o ano de 2013, a Diretoria de Administração e Finanças – DA elaborou e apresentou 94 Propostas de Resolução da Diretoria Executiva, com uma média de duas por cada reunião do colegiado.

A Diretoria de Administração coordenou e participou de diversos Comitês e Grupos de Trabalho Interdiretoriais, relacionados abaixo:

Comitê de Recursos Humanos

- Desenvolvimento, implantação, execução e acompanhamento do 2º Programa de Remuneração Variável da Real Grandeza
- Criação das metas para o Programa de Remuneração Variável 2014

Grupo de Trabalho Interdiretorial para revisão das atribuições e responsabilidades dos gestores, através do documento intitulado Poderes e Competências

Comitê de Segurança da Informação

- Elaboração do Plano de Ação Anual 2013 para aprovação da Diretoria Executiva
- Projeto de Revisão da Política de Tecnologia e Segurança da Informação
- Comitê Permanente Consultivo de TI para avaliar as demandas da Diretoria Executiva

Principais Realizações

Finanças/Tesouraria

- Anistia das Dívidas prescritas resultantes do Empréstimo Pessoal
- Aprovação da Política de Renegociação de Dívidas resultantes dos Benefícios de Saúde
- Anistia das dívidas prescritas resultantes dos Benefícios de Saúde
- Revisão da Norma de Cobrança
- Estabelecimento de novos critérios para assinatura de cheques, objetivando agilizar os procedimentos de pagamentos da Gerência de Finanças

Contabilidade

- Estruturação e Implantação de Novo Plano de Contas para a Gestão de Saúde em atendimento à Resolução Normativa nº 314, da Agência Nacional de Saúde (ANS)

Recursos Humanos

- Recrutamento e seleção de 20 profissionais, sendo seis do quadro próprio; quatro externos; sete estagiários e três do programa Jovem Aprendiz
- Parceria com o Instituto IDEAS para treinamento de diretores, conselheiros, assistentes e alguns gerentes
- 3º Ciclo de Avaliação de Desempenho
- Oficinas de Competências – Liderança para os assistentes e gerentes (ministrado pela consultoria Rhealiza, com professores da PUC).
- Aplicação da ferramenta MTBI de auxílio para o desenvolvimento profissional, ministrado aos assistentes e gerentes.
- Ciclo de Palestras ministradas para diretores, conselheiros, assistentes, gerentes e demais colaboradores. Entre os destaques: Ética no ambiente de trabalho e Linguagem não sexista.
- Implantação do Programa Cine Real para os colaboradores
- Implantação do Programa Boa Leitura destinado aos assistentes e gerentes
- Implantação e Revisão de Normas integrantes do Manual de RH, tais como:
 - Recrutamento e Seleção de pessoal
 - Benefício de Auxílio Escolar
 - Saúde Ocupacional
 - Comportamento e disciplina
 - Remuneração e benefícios de dirigentes
 - Regulamento geral do Plano Odontológico
- Execução e acompanhamento do Programa de Remuneração Variável, em conjunto com o Comitê de RH
- Recadastramento do Plano de Saúde (dependentes e ascendentes)
- Convênio com a UERJ e outras entidades para seleção de pessoal.
- Participação nas Comissões Técnicas Regional e Nacional da Abrapp
- Execução do programa de exames periódicos anuais de todos os empregados da Real Grandeza
- Coordenação da reuniões do Comitê de RH

Administração e Serviços

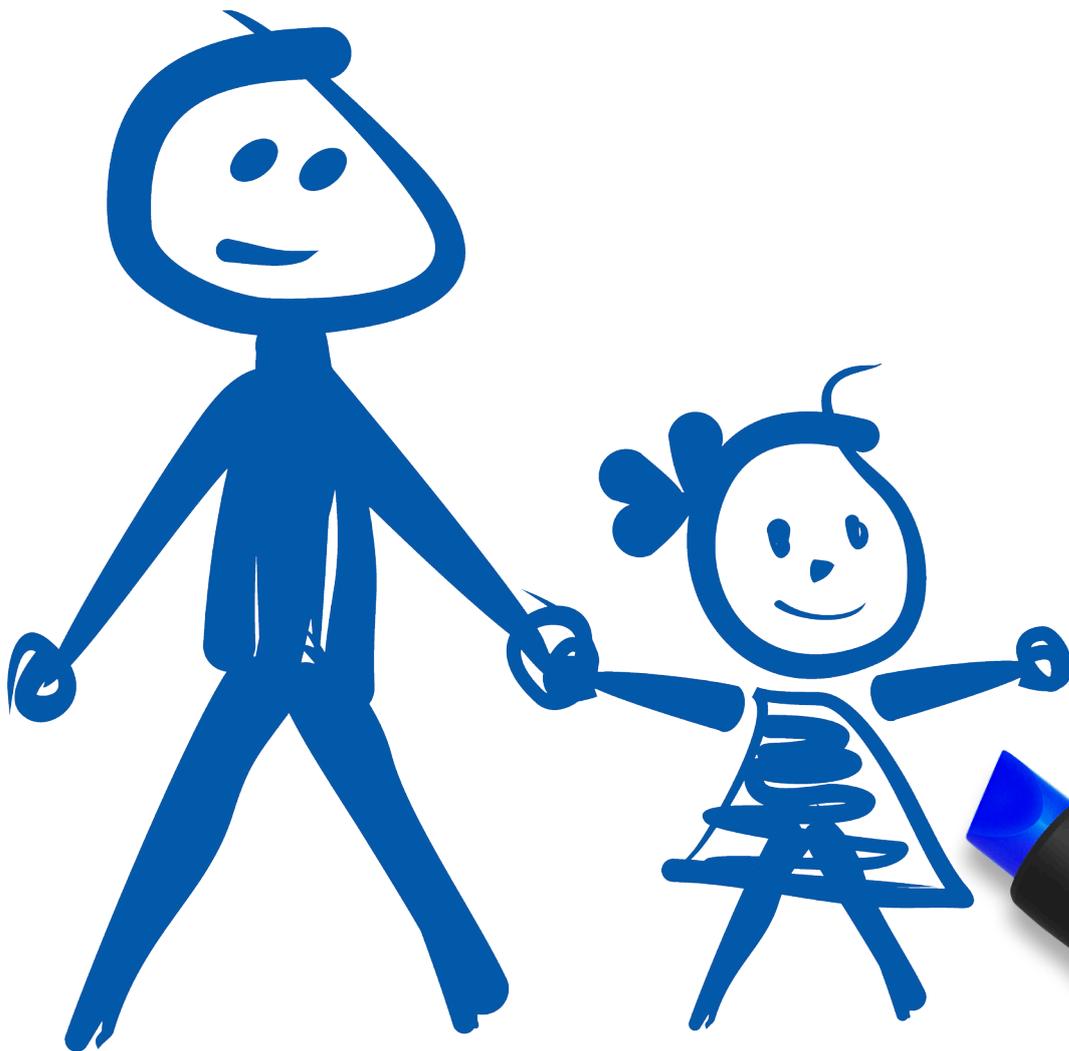
- Normatização dos Procedimentos e Critérios a serem adotados pelo Núcleo de Aquisição de Bens e Serviços nas negociações em aquisições e contratações.

- Normatização do Controle Patrimonial de Bens Móveis da Real Grandeza
- Normatização dos Procedimentos de Utilização do Estacionamento do Edifício-Sede da Real Grandeza.
- Implantação do Sistema de Segurança Patrimonial por monitoramento eletrônico remoto, agregado à segurança presencial
- Digitalização e indexação de cerca de 1,5 milhão de páginas de documentos no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

Tecnologia da Informação

- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) junto ao Conselho Deliberativo
- Criação do Escritório de Projetos para gerenciar aqueles decorrentes do PDTI
- Elaboração e execução do projeto de implantação do centro de processamento de dados de contingência da Real Grandeza (em curso)
- Elaboração e início do projeto de modernização do backup e implantação do projeto de Segurança de Acesso e Identidade Digital

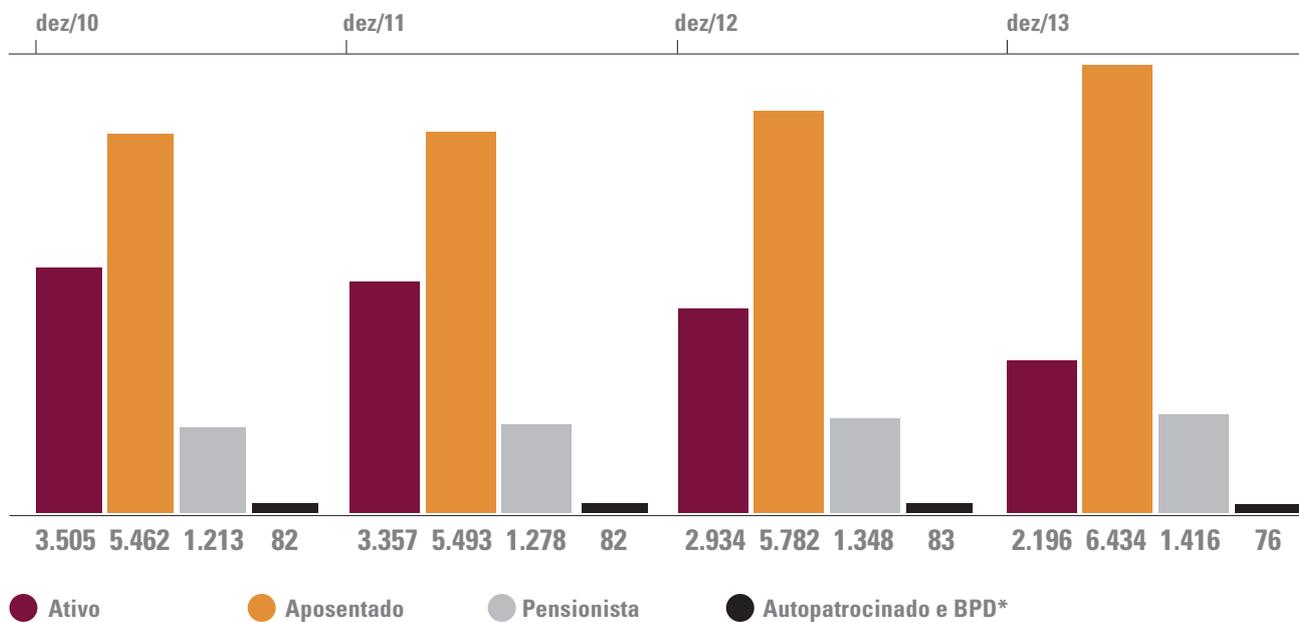
Benefícios Previdenciários



Plano BD

O Plano de Benefício Definido da Real Grandeza, fechado a novos entrantes, encerrou 2013 com 10.122 integrantes, sendo 2.196 ativos, 6.434 aposentados, 1.416 pensionistas e 76 autopatrocinados ou em benefício proporcional diferido.

Evolução da Quantidade de Participantes do Plano BD



* Benefício Proporcional Diferido

Plano de Readequação do Quadro de Pessoal - PREQ

O destaque do período foi a adesão de muitos empregados de Eletrobras Furnas ao Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ). Esse movimento impactou sensivelmente as despesas previdenciárias, em função do grande número de desligamentos. O montante das folhas de pagamento mensal dos assistidos dos Planos BD e CD atingiu R\$ 50,2 milhões em dezembro de 2013, sendo que a Real Grandeza concedeu 756 benefícios até esta data.

Fim da bitributação

A Receita Federal do Brasil publicou, no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2013, a Instrução Normativa nº 1343, de 5 de abril de 2013, que estabeleceu um novo tratamento tributário relativo à apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – IRPF, aplicável aos valores pagos por entidade de previdência complementar a título de complementação de aposentadoria, para os participantes que se aposentaram a partir de 1º de janeiro de 2013.

Essa Instrução Normativa teve por objetivo disciplinar a não tributação da parcela de recursos correspondentes às contribuições efetuadas pelos participantes no período compreendido entre 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, já tributadas nesses exercícios.

Fiscalização da Previc

Durante três meses, uma equipe de fiscalização da Previc esteve na Real Grandeza com o objetivo de analisar princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adotados em relação ao Plano de Benefício Definido – BD, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012. Os fiscais, que estiveram na sede da Real Grandeza de 25 de março a 28 de junho de 2013, fizeram algumas recomendações e outras determinações de procedimentos a serem cumpridos pela Fundação, encaminhadas aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para providências.

No curso da ação fiscal, foram verificados os relatórios de controles internos conhecidos como “Manifestações do Conselho Fiscal”, os Benefícios Concedidos e Pagos pela entidade e o cumprimento do Plano de Custeio. A fiscalização atestou o fiel cumprimento das normas e regulamentos e a ausência de inconsistências.

Novo custeio do Plano BD

Após aprovação das Patrocinadoras e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), o processo de alteração do custeio do Plano BD foi enviado para análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Para dar prosseguimento ao processo, a Previc exigiu manifestação específica do DEST em relação aos itens 95b e 96 do regulamento atual - que tratam da paridade no custeio de despesas administrativas entre participantes e patrocinadores - e estão sub judice.

O DEST se pronunciou solicitando a supressão dos referidos itens do regulamento. No entanto, enquanto perdurarem os efeitos da liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2008.51.01.018523-6, o regulamento não pode ser alterado, o que impossibi-

bilita o prosseguimento do processo de alteração do Custeio. O Mandado refere-se à ação movida pela Após-Furnas contra a possibilidade de que as despesas administrativas do Plano BD sejam custeadas de maneira paritária entre participantes e patrocinadoras, uma vez que a contratação do referido plano previdenciário foi feita antes da aprovação da Lei Complementar nº 109, de 2001, que estabeleceu as novas regras sobre o tema. A Real Grandeza continua fazendo gestões com o objetivo de solucionar a questão.

Plano CD

Ao fim de 2013, o Plano CD contava com 2.500 participantes, 37 aposentados, 20 pensionistas e 68 pessoas em autopatrocínio ou em benefício proporcional diferido, totalizando uma massa de 2.625 participantes e assistidos.

Propostas de alterações

O grupo de trabalho interdiretorial criado pela Diretoria de Seguridade da Real Grandeza, no início do ano, para propor alterações no Plano CD concluiu seus trabalhos no fim de

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13
Ativo	2.185	2.372	2.493	2.500
Aposentado	12	15	20	37
Pensionista	16	14	14	20
Autopatrocinado e BPD*	45	53	55	68
Total	2.258	2.454	2.582	2.625

* Benefício Proporcional Diferido

Movimentação de Participantes Ativos

Novas Adesões em 2013	56
Resgate de Contribuições	12
Portabilidade (entrada)	1
Portabilidade (saída)	5
Autopatrocínio	8
Benefício Proporcional Diferido	6

2013. Foram apresentadas propostas de mudanças com o objetivo de modernizar e flexibilizar benefícios, assim como adequá-los ao cenário previdenciário e econômico atuais, a fim de minimizar os impactos do aumento da expectativa de vida e da queda da taxa real de juros, tornando os fundamentos do plano mais sólidos.

Redução das taxas de juros atuariais

A Resolução nº 9, publicada em 2012 pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), determinou que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar fizessem uma redução gradual de 0,25% ao ano na taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais dos planos de benefícios.

Por isso, em dezembro de 2013, a Real Grandeza aprovou redução de 5,75% para 5,50% nas taxas utilizadas para projeções dos Planos BD e CD, a vigorar a partir de 2014.

Tal redução foi embasada por estudo de aderência com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Hipóteses biométricas

As tábuas biométricas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma massa de participantes em função da idade e do sexo.

O estudo de aderência das hipóteses atuariais realizado em 2013 pelos atuários da Real Grandeza indicou alteração nas seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral e Tábua de Entrada em Invalidez dos Planos BD e CD. As alterações visaram a adequar o perfil da massa de participantes ao comportamento observado dos eventos de mortalidade e invalidez, e serão consideradas nas projeções atuariais que dimensionam o valor dos compromissos atuais e futuros dos planos previdenciários. As mudanças refletem a postura conservadora da Real Grandeza no que diz respeito à manutenção do equilíbrio atuarial e da solidez dos Planos que administra.

Cadastro

O módulo principal do novo sistema de cadastro, implantado em dezembro de 2012, foi ajustado em 2013 para corrigir problemas apresentados após a implantação. Com isso, foi possível estabilizar a base cadastral responsável por alimentar com informações todos os produtos oferecidos pela Real Grandeza a seus participantes, assistidos e respectivos dependentes.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Real Grandeza administra planos de autogestão em saúde voltados para participantes ativos e assistidos das patrocinadoras, seus dependentes e agregados, que totalizaram, ao fim do período, 41.287 beneficiários.

Quantidade de beneficiários do Plames em dezembro de 2013

PLANO	FURNAS	ELETRONUCLEAR	FRG	TOTAL
Básico	8.242	493	36	8.771
Especial	9.651	843	37	10.531
Executivo	8.486	317	169	8.972
Executivo Plus	10.569	2.153	291	13.013
Total	36.948	3.806	533	41.287

Evolução da quantidade de beneficiários do Plames

PLANO	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13
Básico	7.619	7.940	7.982	8.280	8.771
Especial	10.478	10.539	10.738	11.051	10.531
Executivo	8.630	8.844	8.990	8.856	8.972
Executivo Plus	14.851	14.366	14.098	13.506	13.013
Total	41.578	41.689	41.808	41.693	41.287

A elevação dos custos médico-hospitalares e o aumento do uso do Plano ainda preocupam. Mas medidas adotadas para aprimorar controles continuam a gerar resultados. A Central de Órteses, Próteses e Materiais Especiais, implantada em 2010, teve como resultado, em 2013, uma redução de 20% no custo de aquisição deste tipo de material. A atuação do Setor de Auditoria Médica e Administrativa, por sua vez, trouxe como resultado um percentual de glosa de 5,77% em relação às despesas médicas do Plames. Continua em estudo a medida que visa a centralizar a gestão de todos os benefícios de saúde na Real Grandeza.

Foram realizados pelo Serviço Social da Real Grandeza (Rio de Janeiro e núcleo da Usina de Furnas) 4.850 atendimentos, distribuídos pelos seguintes Programas Especiais do Plames:

- Programa de Monitoramento de Doentes Crônicos - PMDC
- Programa de Assistência Ambulatorial - PAA
- Programa de Assistência Domiciliar Ambulatorial - PADA
- Programa de Assistência Médica Domiciliar Alternativa - AMDA
- Programa de Medicamento de Uso Continuado - PMUC
- Atendimento Médico Hospitalar - AMH
- Programa de Reembolso de Medicamento para Empregados da FRG - PRM

Investimentos



Cenário econômico e mercados

Em 2013, as adversidades do cenário econômico, especialmente no que concerne à aceleração inflacionária, às contas fiscais, ao baixo crescimento da economia, à elevação da taxa de juros e ao câmbio, impactaram substancialmente o comportamento dos ativos financeiros no mercado brasileiro. No âmbito internacional, a melhora dos fundamentos econômicos, principalmente nos EUA, mudou a expectativa de trajetória dos juros americanos, afetando significativamente o desempenho de ativos vinculados a mercados emergentes.

Diante desse contexto, o mercado de ações brasileiro, representado pelo Ibovespa, registrou variação negativa de 15,5% em 2013. As taxas de juros dos títulos públicos, influenciadas pela alta da Selic, pela percepção de aumento do risco Brasil e pela alta das taxas dos títulos americanos de longo prazo, subiram, refletindo de forma negativa na rentabilidade das carteiras de títulos públicos marcados a mercado.

O desempenho das aplicações dos investidores com perfil de longo prazo, como as entidades de previdência complementar, foi fortemente prejudicado por este cenário. O conservadorismo na gestão da Real Grandeza e a busca constante por investimentos que possam garantir o cumprimento dos compromissos de longo prazo contribuíram para atenuar os impactos desse cenário sobre os ativos dos planos de benefícios. Além disso, a expressiva rentabilidade histórica registrada nos últimos anos assegurou à Real Grandeza uma folga adequada para enfrentar momentos conturbados como este. Assim, apesar das dificuldades enfrentadas em 2013, a Real Grandeza conseguiu permanecer inserida no grupo de fundos de pensão com patrimônio superior a R\$ 10 bilhões, mantendo a 9ª posição no ranking da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada).

Desempenho

Em decorrência do cenário econômico mais adverso, a carteira consolidada dos investimentos da Real Grandeza apresentou variação negativa de 4,29%. O Fundo Assistencial registrou a pior performance (-8,77%), em função de sua maior exposição aos títulos públicos federais de longo prazo. A variação do Plano BD foi de -4,29% e a do Plano CD foi de -4,22%. Apenas o Plano de Gestão Administrativa obteve rentabilidade positiva, de 4,63%. No segmento de renda variável, foram registradas variações negativas de 4,19% na carteira do Plano BD e de 3,22% na carteira do Plano CD. Em ambos os casos, os resultados, embora negativos, foram melhores que o da bolsa brasileira (Ibovespa), que caiu 15,5% (gráfico I).

No segmento de renda fixa, também foram registradas variações negativas nas carteiras dos planos, de 5,88% no BD e de 6,66% no CD. Esse resultado é apenas contábil. Não corresponde a perda efetiva, pois reflete o valor dos títulos em um determinado momento do mercado. Além disso, uma vez que os títulos sejam carregados até o vencimento, o seu rendimento será correspondente às taxas pactuadas no momento da operação, as quais são superiores às metas dos planos, assegurando o cumprimento dos compromissos atuariais.

Apesar do resultado desfavorável registrado em 2013, em função dos fatores já mencionados, a rentabilidade acumulada pelos investimentos totais da Real Grandeza em um horizonte temporal mais longo, que é o foco da gestão, é não apenas positiva, como também superior às metas dos Planos. No período de 2009 até 2013, a rentabilidade acumulada dos investimentos da Real Grandeza foi de 86,33%, enquanto a variação do INPC + 5,75% (meta do Plano BD) foi de 75,99% e a variação do IGP-DI + 5,75% (meta do Plano CD) foi de 75,48%. No mesmo período, a rentabilidade do Plano BD foi de 86,91% e a do Plano CD foi de 82,45%. Considerando um período ainda mais longo, verificamos que a rentabilidade acumulada dos planos superou as metas, mesmo em momentos de crise, conforme pode ser observado nos gráficos I e II, respectivamente, “Rentabilidade de Longo Prazo do Plano BD” e “Rentabilidade de Longo Prazo do Plano CD”. Estes resultados refletem a constante busca da Real Grandeza por novas oportunidades de alocações de recursos, todas alinhadas com suas políticas de investimento de longo prazo, visando à geração de retornos financeiros adequados para o cumprimento dos compromissos estabelecidos com participantes e assistidos.

Cabe ressaltar, também, que o momento de instabilidade permitiu a construção de um superávit estrutural para os Planos BD e CD (Gráfico IV).

Aplicação dos recursos

Em 2013, a distribuição dos recursos investidos dos planos de benefícios foi bastante similar à posição média prevista nas alocações estratégicas das Políticas de Investimentos, sem apresentar descolamentos significativos. Aumentos de alocação no segmento de renda variável nos Planos BD e CD e no Plano de Gestão Administrativa ocorreram apenas em momentos pontuais, para corrigir oscilações de preços ocasionais. (Gráfico V)

No segmento de renda fixa, a Real Grandeza realizou investimentos em títulos públicos do Governo Federal Brasileiro, Notas do Tesouro Nacional (NTNs), nas carteiras dos Planos BD, CD e Plano Administrativo. As alocações foram realizadas no momento em que a remuneração destes

títulos era superior às metas estabelecidas para os planos.

A Real Grandeza também continuou elevando a sua alocação de capital comprometido no segmento de Investimentos Estruturados, que passou de R\$ 380 milhões, em dezembro de 2012, para aproximadamente R\$ 479 milhões, no final de 2013.

Destacamos que todas as movimentações realizadas nos segmentos de renda fixa, de renda variável e de estruturados, incluindo os preços de negociação e sua comparação com as médias de mercado, estão disponíveis no endereço eletrônico da Real Grandeza (www.frg.com.br), na seção “Relatórios Financeiros”.

Governança dos investimentos

A gestão dos investimentos e as estratégias de diversificação das carteiras foram acompanhadas de um aprimoramento da governança. A Real Grandeza deu prosseguimento ao desenvolvimento de novos modelos de análise, continuou melhorando seus processos e elaborou outros Manuais e documentos formais, os quais vieram se somar aos outros já existentes.

Entre as medidas de aprimoramento da governança nos investimentos implementadas em 2013 citamos as relacionadas a seguir:

- aplicação do Manual de Gestores Externos, que permitirá maior diversificação dos investimentos da FRG;
- lançamento do boletim Economia em Dia (bimestral) com o objetivo de contribuir para que participantes e assistidos conheçam melhor o mercado financeiro e desenvolvam habilidades para administração das finanças pessoais;
- lançamento do boletim de Gestão dos Investimentos (semestral), que tem por objetivo informar detalhadamente, em linguagem simples e clara, o desempenho dos investimentos das carteiras de investimentos dos Planos BD e CD;
- elaboração do Manual de Critérios de Governança para Avaliação dos Investimentos com o objetivo de incorporar aos processos a avaliação de Governança Corporativa, pois a Real Grandeza acredita que o processo de acompanhamento da evolução das boas práticas de governança na carteira de ativos acaba se refletindo, no longo prazo, na maximização do valor econômico direto gerado e distribuído aos acionistas ou cotistas, por meio do alinhamento de interesses e objetivos das partes envolvidas na gestão das empresas.

Gráfico I
Rentabilidade dos Planos da Real Grandeza X mercado (dez/2013)

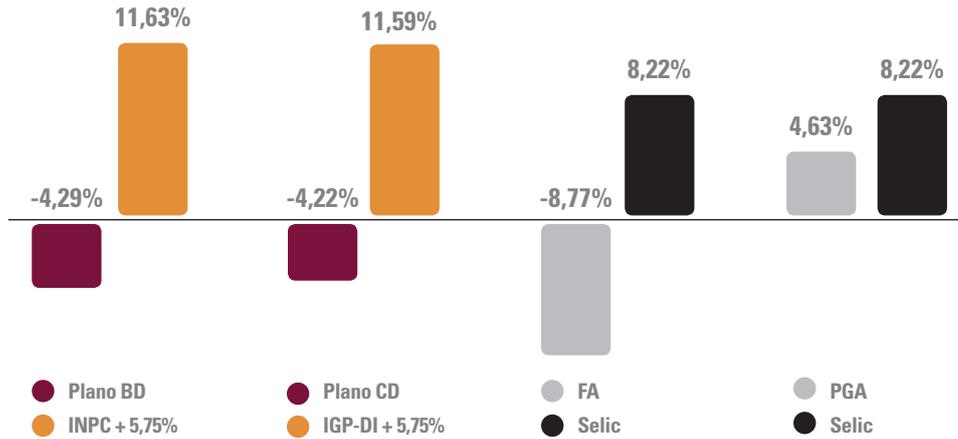


Gráfico II
Rentabilidade de longo prazo do Plano BD

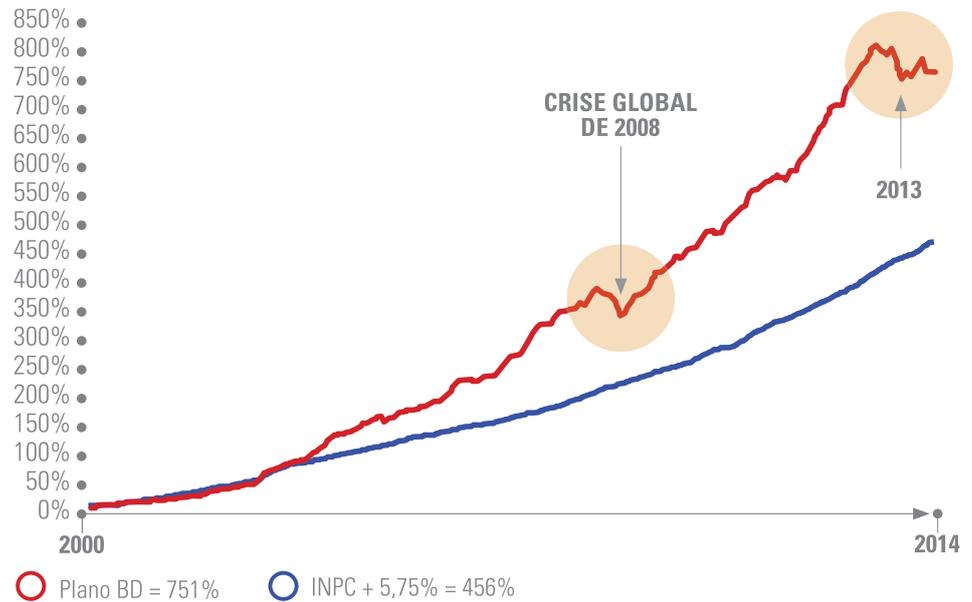


Gráfico III
Rentabilidade de longo prazo do Plano CD

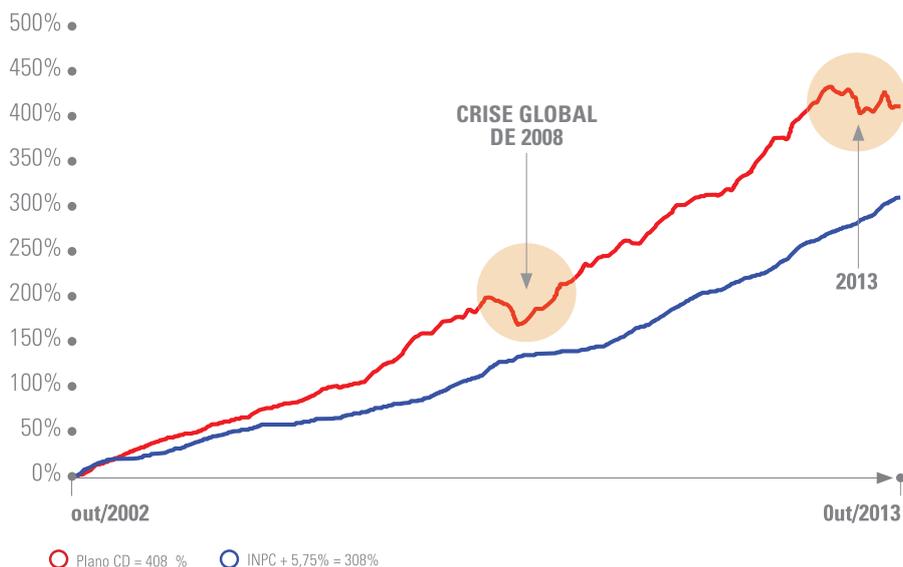


Gráfico IV
Superávit Estrutural

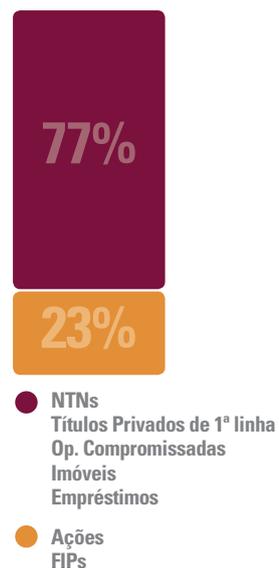
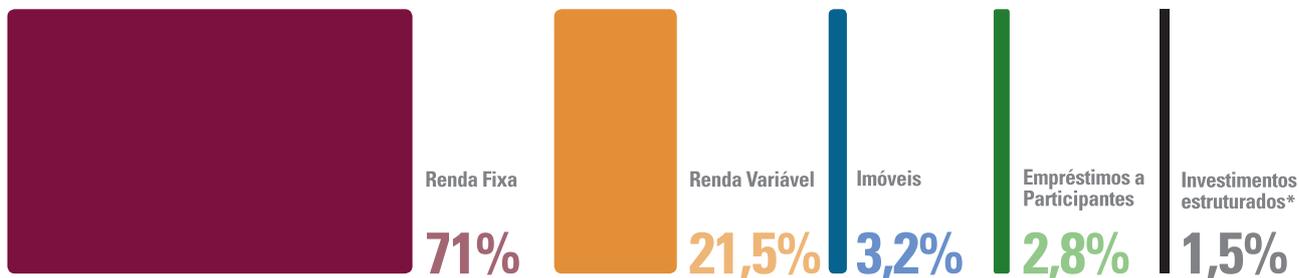


Gráfico V
Composição por segmentos (2013)



* Capital comprometido: 4%

Relacionamento com Participantes



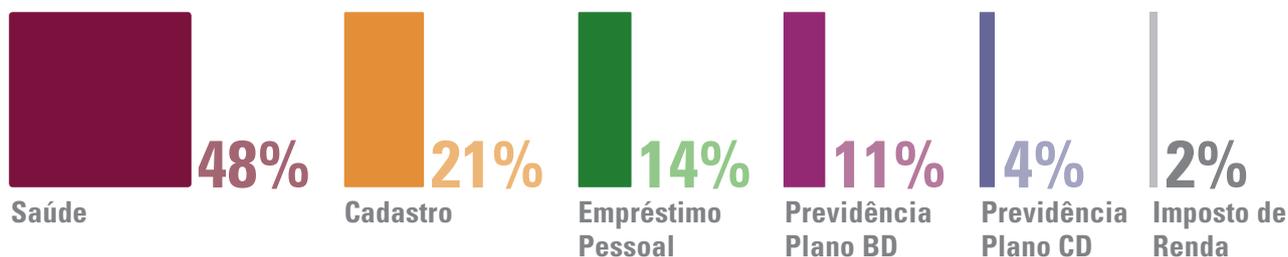
No ano de 2013, a Gerência de Relacionamento com o Participante registrou um aumento da ordem de 36% no número de atendimentos: foram 129.595, comparados com os 95.248 de 2012.

Distribuição por canal

	2012	2013
Atendimento Telefônico	41.982	42.030
Atendimento Pessoal	23.972	31.196
Correspondência	13.672	14.730
E-mail	14.621	40.571
Fax	1.001	1.068
Total:	95.248	129.595

Houve também um aumento significativo no número de atendimentos realizados por e-mail. Em 2012, este canal correspondia a 16% do volume de atendimento. Em 2013, passou a representar 31% da demanda. O atendimento pessoal também apresentou aumento, grande parte em função do PREQ – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal, da patrocinadora Eletrobras Furnas.

Manifestações por assunto



Ouvidoria

A Ouvidoria da Real Grandeza visa a assegurar os direitos dos participantes, assistidos e beneficiários, em consonância com as normas e regulamentos da entidade. Atua como uma alternativa na busca de solução, recebendo, analisando e tratando as reclamações, sugestões e críticas sobre as questões cujas respostas obtidas não tenham sido totalmente satisfatórias. A Ouvidoria registrou, em 2013, um total de 280 atendimentos, dos quais 91% foram concluídos e 9% ainda continuam pendentes, aguardando solução ou parecer da área técnica responsável. Do total das 255 manifestações encerradas, 90% foram concluídas com resultados satisfatórios e 10% recusadas por inconsistência no pedido e/ou desenquadramento nas normas específicas.

No intuito de facilitar o acesso e estreitar o relacionamento com os participantes e assistidos, a Ouvidoria dispõe de quatro canais para receber manifestações: telefone, e-mail, atendimento presencial e correspondência.

No período, assim como nos anos anteriores, o telefone foi o canal mais utilizado, totalizando 48% dos contatos, seguido do e-mail (28%), do atendimento presencial (18%) e da correspondência (6%).

O processamento das manifestações tem sido conduzido por meio do encaminhamento das demandas recebidas às áreas competentes. A partir de então, a Ouvidoria acompanha o processo, monitora os prazos de resposta e mantém o usuário informado.

Por segmento, 54% são atendimentos relativos ao Plames, 27% são referentes aos Planos Previdenciários, 14% ao Empréstimo Pessoal e 5% sobre assuntos variados.

Como parte do trabalho da Diretoria de Ouvidoria, algumas alterações de processo e/ou regulamento foram sugeridas e aprovadas, a partir do recebimento de manifestações:

- Alteração no procedimento do reembolso de anestesista;
- Inclusão de reciprocidade com o plano de saúde da Eletronuclear para os assistidos de Furnas e seus dependentes e agregados;
- Revisão da tabela de escalonamento das faixas salariais utilizadas na concessão do Programa de Medicamento de Uso Continuado – PMUC;
- Revisão do rol de credenciados de Furnas;
- Inclusão do convênio Unimed para beneficiários moradores de Miguel Pereira (RJ).

Gráfico I - Atendimentos



Gráfico II - Manifestações por assunto



Empréstimo Pessoal

As carteiras de Empréstimo Pessoal encerraram o período com 5.139 empréstimos ativos, totalizando R\$ 306,8 milhões. Desse valor, R\$ 263,0 milhões (4.182 empréstimos) são relativos ao Plano BD e R\$ 43,8 milhões (957 empréstimos) referentes ao Plano CD. Esses montantes representam, respectivamente, 2,5% e 9,8% do patrimônio de cada plano.

Com a implantação da Política de Renegociação das Dívidas em 2012, a Fundação Real Grandeza conseguiu negociar, em 2013, 89 contratos reduzindo, assim, a inadimplência da carteira de empréstimos.

Responsabilidade Socioambiental



A Real Grandeza no contexto da sustentabilidade

A Real Grandeza, por meio de seus programas e ações, vem disseminando a cultura de preservação do meio ambiente, do investimento responsável e do respeito à diversidade de gênero e raça.

Práticas de gestão

A Real Grandeza adota as seguintes práticas de gestão:

- Participa da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp
- É signatária dos Princípios para o Investimento Responsável – PRI
- É signatária do Carbon Disclosure Project – CDP
- Alinha conceitos de Responsabilidade Socioambiental no âmbito da entidade

Investimento responsável

A Real Grandeza sediou, em 2013, o workshop Investor CDP, promovido pela Organização Não Governamental Britânica Carbon Disclosure Project (CDP), que trabalha para prevenir as mudanças climáticas e proteger os recursos naturais por meio da alocação eficiente de capital. O evento reuniu, em turnos diferentes, no auditório da Real Grandeza, representantes de Fundos de Pensão e investidores, na parte da manhã, e empresas investidas, à tarde.

Programa de Consciência Ecológico-Social da Real Grandeza

Por meio do slogan “Evite o desperdício! A natureza agradece! Pequenas ações podem salvar o planeta!”, o programa tem levado os colaboradores da Real Grandeza a uma conscientização sobre o assunto, promovendo uma mudança cultural e formando multiplicadores de práticas de preservação do meio ambiente. De 2007 até dezembro de 2013, foram arrecadados e doados à ONG Doe Seu Lixo 22,6 toneladas de recicláveis. Isso significa que a Real Grandeza contribuiu para preservar:

- Árvores: 382 unidades
- Água: 1.925 m³
- Energia: 81.978 kWh
- CO₂ neutralizado: de 72.276 g a 371.779 g

Fonte: Doe Seu Lixo

Campanha 4 Rs

A Real Grandeza promoveu, no período, uma campanha de redução de consumo de energia, água e outros itens. A campanha teve resultados positivos promovendo, entre 2012 e 2013, uma redução de consumo de energia, água e papel de consumo de 9,5%, 2,6% e 68,5%, respectivamente.

XIV Gincana de Recicláveis da Real Grandeza

Com a participação do grupo teatral Real em Cena, que apresentou a peça “A Bela Aborrecida”, a Real Grandeza realizou, em dezembro, a premiação da 14ª Gincana de Reciclagem, que arrecadou 441 kg de lixo reaproveitável – papel, plástico e vidro, entre outros.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Em 2013, a Real Grandeza obteve seu segundo Selo referente a 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República. A entidade participa deste Programa desde 2009, tendo sido contemplada com o 1º Selo em dezembro de 2010.

O Selo é concedido para empresas que promovem ações de equidade no ambiente de trabalho com objetivo de estabelecer a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens, mulheres, a população negra, deficientes; e o combate às demais formas de intolerância nas instituições, nas organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento cotidiano de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em agosto de 2013, a Real Grandeza aderiu à 5ª edição do Programa (2013/2015) e concorre novamente ao Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Outras ações realizadas em 2013

Desenvolvimento e Empoderamento das Mulheres

A convite da Real Grandeza, a economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cristiane Soares, realizou palestra para os empregados. Em sua exposição, defendeu a criação de políticas afirmativas focalizadas para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres.

Na ocasião, o grupo de teatro Real em Cena apresentou a peça “Com a palavra, as mulheres”. O espetáculo conta a história de cinco mulheres que frequentam um grupo de ajuda para tratar de questões do dia a dia das mulheres, como a dupla jornada, a importância da força de trabalho feminina na renda familiar e a violência doméstica.

Encontro de Fundos de Pensão com suas empresas investidas

O Encontro de Equidade e Diversidade, realizado em agosto de 2013, no auditório do Espaço Cultural Furnas, promovido pelo Fórum de Equidade e Diversidade dos Fundos de Pensão, teve como objetivo sensibilizar e mobilizar as empresas investidas quanto à importância da equidade e do respeito à diversidade no ambiente de trabalho. No evento, foi feita a apresentação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. O encontro contou com a presença de Tatau Godinho, Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, representando a Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira. Compareceram também dirigentes dos Fundos de Pensão Eletros, Funcef, Geap, Infraprev, Petros, Real Grandeza e Serpros.

Fórum de Equidade e Diversidade

A Real Grandeza e mais oito Fundos de Pensão formam o Fórum de Equidade e Diversidade dos Fundos de Pensão, cujo objetivo é aproveitar a sinergia das iniciativas dessas Entidades para alinhar e realizar ações conjuntas, fortalecendo os Comitês de Gênero e Raça existentes em cada uma delas.

Palestra Linguagem Inclusiva

Em palestra na Real Grandeza, com o tema “Presidenta, a quem a palavra atormenta?”, o professor Gerson Jorge debateu o uso da linguagem inclusiva para compreender homens e mulheres no dia a dia das palavras. O objetivo da iniciativa foi disseminar uma cultura organizacional não sexista e discriminatória.

Palestra Sobre Ética no Ambiente de Trabalho

A Real Grandeza promoveu a palestra “Ética no Trabalho”, apresentada pelo psicólogo Roberto Heloani: “Justiça vê o assédio como um atentado à dignidade humana”, afirmou.

Campanha dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

Pelo quinto ano consecutivo, a Real Grandeza apoiou a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, uma mobilização educativa e de massa, que luta pela erradicação deste tipo de violência e pela garantia dos direitos humanos.

Programa Cultura, Lazer e Informação — Grupo de Teatro Real em Cena

O grupo de teatro Real em Cena é composto por assistidos, empregados da Real Grandeza, além de outros convidados, que participam como voluntários. O grupo vem se destacando externamente, mantendo-se como o principal projeto de voluntariado da Fundação, com apresentações em teatros, escolas, comunidades, praças públicas, empresas, orfanatos, asilos,

hospitais e nas sedes da Real Grandeza e de Furnas. O Real em Cena, entre 2009 e 2013, levou cultura, lazer e informação para 3.800 pessoas. Os espetáculos apresentados foram: “O Gabinete”, “ Com a palavra, as MULHERES”, “Te cuida Mané! Homem que se cuida não perde o melhor da vida”, “O Cinturão da Sustentabilidade”, “ A revolta do Lixão” e o espetáculo Infantil “A Bela Aborrecida”.

Programa de Mobilização Social e Promoção da Cidadania

Comunidades Santa Marta e Tabajaras – Botafogo/Copacabana – RJ

A Real Grandeza atua na Comunidade do Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio, desde 2002, e na Comunidade do Morro dos Tabajaras, em Copacabana, desde 2009, prestando assistência periódica a crianças, idosos, vítimas de AVC e deficientes. A Fundação exerce o papel de agente facilitador, por meio de sua equipe de voluntários, formada por colaboradores, participantes e assistidos, buscando atender as principais necessidades e projetos em andamento, o que resulta em desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

Campanha Mc Dia Feliz na Real Grandeza

A Real Grandeza apoiou, pela 15ª vez, a campanha promovida pelo Instituto Ronald McDonald de apoio à criança com câncer. O McDia Feliz completou 25 anos de realização no Brasil.

Produtos de Projetos Sociais

A Real Grandeza recebe produtos feitos com material reciclado, como garrafas pet, produzidos por crianças da comunidade Tabajara, de Botafogo, bem como produtos institucionais da Casa Ronald McDonald para repasse aos seus colaboradores, participantes e assistidos.

Feira de Projetos Sociais

Em dezembro de 2013, a Feira de Projetos Sociais, realizada desde 2008, na sede da Fundação, ofereceu uma diversidade de produtos artesanais e acessórios customizados a preços populares. O projeto tem como objetivo gerar renda para artesãos e cooperativas de comunidades ligadas a projetos sociais apoiados, tais como: Costurando Ideais, da comunidade Santa Marta; Casa Ronald Mc Donald; e cooperativa de artesãos da Farmanguinhos e Anjos da Seara da Comunidade dos Tabajaras.



Demonstrativos

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012					
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL	1.976	1.037	EXIGÍVEL OPERACIONAL	41.807	38.193
			Gestão Previdencial	29.197	31.610
			Gestão Administrativa	6.212	6.444
			Investimentos	6.398	139
REALIZÁVEL	11.236.989	12.092.984	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	128.445	135.750
Gestão Previdencial	255.231	306.366	Gestão Previdencial	104.859	113.093
Gestão Administrativa	5.527	5.452	Gestão Administrativa	2.433	1.994
Investimentos	10.976.231	11.781.166	Investimentos	21.153	20.663
Créditos Privados e Depósitos	32.767	30.322			
Ações	5.124	11.857			
Fundos de Investimento	10.268.288	11.061.468			
Investimentos Imobiliários	362.653	368.897			
Empréstimos	307.289	308.512			
Depósitos Judiciais	110	110			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	11.071.391	11.923.423
			Patrimônio de Cobertura do Plano	10.955.787	11.798.004
			Provisões Matemáticas	10.550.576	9.414.330
			Benefícios Concedidos	6.549.918	5.353.919
			Benefícios a Conceder	4.000.658	4.060.411
			Equilíbrio Técnico	405.211	2.383.674
			Superávit Técnico Acumulado	405.211	2.383.674
PERMANENTE	2.678	3.345	Fundos	115.604	125.419
Imobilizado	2.114	2.300	Fundos Administrativos	66.167	62.854
Diferido	564	1.045	Fundos dos Investimentos	49.437	62.565
GESTÃO ASSISTENCIAL	110.991	131.895	GESTÃO ASSISTENCIAL	110.991	131.895
TOTAL DO ATIVO	11.352.634	12.229.261	TOTAL DO PASSIVO	11.352.634	12.229.261

Obs.: as Notas Explicativas, partes integrantes das Demonstrações Contábeis, estão disponíveis no endereço eletrônico da REAL GRANDEZA na Internet (<http://www.frg.com.br>).

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	12.038.287	10.032.841	19,99%
1. Adições	448.105	2.681.023	-83,29%
Contribuições Previdenciais	230.368	286.648	-19,63%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	2.159.033	-100,00%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	8.234	7.823	5,25%
Receitas Administrativas	58.509	54.510	7,34%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.848	4.633	-38,53%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	-
Constituição de Fundos de Investimento	-	13.185	-100,00%
Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	-	-	-
Receitas Assistenciais	148.146	155.191	-4,54%
2. Destinações	(1.320.600)	(675.577)	95,48%
Benefícios	(584.916)	(477.202)	22,57%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(495.903)	-	-
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
Despesas Administrativas	(57.605)	(53.896)	6,88%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(439)	(1.324)	-66,84%
Reversão de Fundos de Investimentos	(13.128)	-	-
Despesas Assistenciais	(168.609)	(143.155)	17,78%
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (= 1 + 2)	(872.495)	2.005.446	-143,51%
Provisões Matemáticas	1.136.246	1.088.343	4,40%
Fundos Previdenciais	-	-	-
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.978.463)	887.959	-322,81%
Fundos Administrativos	3.313	3.923	-15,55%
Fundos dos Investimentos	(13.128)	13.185	-199,57%
Gestão Assistencial	(20.463)	12.036	-270,01%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (= A + 3)^(*)	11.165.792	12.038.287	-7,25%

(*) Inclui o Patrimônio Social da Gestão Assistencial no valor de R\$ 94.402 em 2013 (R\$ 114.884 em 2012)

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
1. Ativos	10.764.929	11.661.681	-7,69%
Disponível	1.581	878	80,07%
Recebível	297.451	348.078	-14,54%
Investimento	10.465.897	11.312.725	-7,49%
Créditos Privados e Depósitos	32.767	30.322	8,06%
Ações	4.553	10.776	-57,75%
Fundos de Investimento	9.802.436	10.633.299	-7,81%
Investimentos Imobiliários	362.653	368.897	-1,69%
Empréstimos	263.378	269.321	-2,21%
Depósitos Judiciais	110	110	0,00%
2. Obrigações	166.126	170.458	-2,54%
Operacional	40.127	36.715	9,29%
Contingencial	125.999	133.743	-5,79%
3. Fundos Não Previdenciais	99.607	111.283	-10,49%
Fundos Administrativos	51.650	49.986	3,33%
Fundos dos Investimentos	47.957	61.297	-21,76%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	10.499.196	11.379.940	-7,74%
Provisões Matemáticas	10.091.707	8.996.266	12,18%
Superávit Técnico	407.489	2.383.674	-82,91%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	11.379.940	9.520.407	19,53%
1. Adições	213.858	2.368.549	-90,97%
Contribuições	205.624	268.411	-23,39%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	2.092.315	-100,00%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	8.234	7.823	5,25%
2. Destinações	(1.094.602)	(509.016)	115,04%
Benefícios	(581.518)	(474.267)	22,61%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(477.203)	-	-
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
Custeio Administrativo	(35.881)	(34.749)	3,26%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	(880.744)	1.859.533	-147,36%
Provisões Matemáticas	1.095.441	971.574	12,75%
Fundos Previdenciais	-	-	-
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.976.185)	887.959	-322,55%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	10.499.196	11.379.940	-7,74%
C) Fundos Não Previdenciais	99.607	111.283	-10,49%
Fundos Administrativos	51.650	49.986	3,33%
Fundos dos Investimentos	47.957	61.297	-21,76%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
1. Ativos	473.245	432.706	9,37%
Disponível	163	104	56,73%
Recebível	23.954	21.171	13,15%
Investimento	449.128	411.431	9,16%
Ações	571	1.081	-47,18%
Fundos de Investimento	404.646	371.159	9,02%
Empréstimos	43.911	39.191	12,04%
2. Obrigações	657	506	29,84%
Operacional	657	506	29,84%
3. Fundos Não Previdenciais	15.997	14.136	13,16%
Fundos Administrativos	14.517	12.868	12,81%
Fundos dos Investimentos	1.480	1.268	16,72%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	456.591	418.064	9,22%
Provisões Matemáticas	458.869	418.064	9,76%
Déficit Técnico	(2.278)	-	-

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	418.064	301.295	38,76%
1. Adições	63.865	122.458	-47,85%
Contribuições	63.865	55.739	14,58%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	66.719	-100,00%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
2. Destinações	(25.338)	(5.689)	345,39%
Benefícios	(3.398)	(2.935)	15,78%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(18.700)	-	-
Custeio Administrativo	(3.240)	(2.754)	17,65%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	38.527	116.769	-67,01%
Provisões Matemáticas	40.805	116.769	-65,05%
Déficit Técnico do Exercício	(2.278)	-	-
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	456.591	418.064	9,22%
C) Fundos Não Previdenciais	15.997	14.136	13,16%
Fundos Administrativos	14.517	12.868	12,81%
Fundos dos Investimentos	1.480	1.268	16,72%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Provisões Técnicas	10.713.279	11.611.696	-7,74%
1. Provisões Matemáticas	10.091.707	8.996.267	12,18%
1.1. Benefícios Concedidos	6.534.657	5.346.950	22,21%
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	6.534.657	5.346.950	22,21%
1.2. Benefícios a Conceder	3.557.050	3.649.317	-2,53%
Contribuição Definida	-	-	-
Saldo de Conta - Parcela Patrocinador(es)	-	-	-
Saldo de Conta - Parcela Participantes	-	-	-
Benefício Definido	3.557.050	3.649.317	-2,53%
2. Equilíbrio Técnico	407.489	2.383.674	-82,91%
2.1. Resultados Realizados	407.489	2.383.674	-82,91%
Superávit Técnico Acumulado	407.489	2.383.674	-82,91%
Reserva de Contingência	407.489	2.249.067	-81,88%
Reserva para Revisão do Plano	-	134.607	-100,00%
3. Fundos	47.957	61.297	-21,76%
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.957	61.297	-21,76%
4. Exigível Operacional	40.127	36.715	9,29%
4.1. Gestão Previdencial	33.810	36.610	-7,65%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.317	105	5.916,19%
5. Exigível Contingencial	125.999	133.743	-5,79%
5.1. Gestão Previdencial	104.859	113.093	-7,28%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	21.140	20.650	2,37%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Provisões Técnicas	458.728	419.838	9,26%
1. Provisões Matemáticas	458.869	418.064	9,76%
1.1. Benefícios Concedidos	15.261	6.970	118,95%
Contribuição Definida	4.512	1.659	171,97%
Benefício Definido	10.749	5.311	102,39%
1.2. Benefícios a Conceder	443.608	411.094	7,91%
Contribuição Definida	426.404	394.513	8,08%
Saldo de Conta - Parcela Patrocinador(es)	184.158	169.731	8,50%
Saldo de Conta - Parcela Participantes	242.246	224.782	7,77%
Benefício Definido	17.204	16.581	3,76%
2. Equilíbrio Técnico	(2.278)	-	-
2.1. Resultados Realizados	(2.278)	-	-
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.278)	-	-
3. Fundos	1.480	1.268	16,72%
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.480	1.268	16,72%
4. Exigível Operacional	657	506	29,84%
4.1. Gestão Previdencial	576	472	22,03%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	81	34	138,24%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012			
	2013	2012	Variação
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	62.854	58.931	6,66%
1. Custeio da Gestão Administrativa	61.357	59.143	3,74%
1.1. Receita	61.357	59.143	3,74%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	39.122	37.503	4,32%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	594	581	2,24%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.848	4.633	-38,53%
Reversão de Contingências	-	-	-
Reembolso da Gestão Assistencial	18.793	16.426	14,41%
2. Despesas Administrativas	(58.044)	(55.220)	5,11%
2.1. Administração Previdencial	(23.318)	(25.923)	-10,05%
Pessoal e Encargos	(15.636)	(15.985)	-2,18%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(81)	(67)	20,90%
Viagens e Estadias	(73)	(77)	-5,19%
Serviços de Terceiros	(2.048)	(2.835)	-27,76%
Despesas Gerais	(4.707)	(5.166)	-8,89%
Depreciações e Amortizações	(334)	(469)	-28,78%
Contingências	(439)	(1.324)	-66,84%
2.2. Administração dos Investimentos	(16.095)	(13.014)	23,67%
Pessoal e Encargos	(12.005)	(9.252)	29,76%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(80)	(41)	95,12%
Viagens e Estadias	(70)	(64)	9,38%
Serviços de Terceiros	(1.013)	(938)	8,00%
Despesas Gerais	(2.666)	(2.457)	8,51%
Depreciações e Amortizações	(261)	(262)	-0,38%
2.3. Administração Assistencial	(18.631)	(16.283)	14,42%
3. Sobra da Gestão Administrativa (= 1 + 2)	3.313	3.923	-15,55%
4. Constituição do Fundo Administrativo (= 3)	3.313	3.923	-15,55%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (= A + 4)	66.167	62.854	5,27%

(Em milhares de reais)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM 2013 SEGREGADAS POR PLANO				
	Previdencial		Assistencial	Total
	BD	CD		
Custo Direto da Gestão	(21.259)	(1.620)	(18.631)	(41.510)
Despesas Comuns	(19.318)	(1.450)	(17.263)	(38.031)
Pessoal e Encargos	(14.540)	(1.096)	(13.028)	(28.664)
Conselhos e Comitês	(352)	(28)	(353)	(733)
Diretoria Executiva	(1.547)	(81)	(1.055)	(2.683)
Quadro Próprio	(12.564)	(983)	(11.560)	(25.107)
Pessoal Terceirizado	(77)	(4)	(60)	(141)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(75)	(6)	(92)	(173)
Viagens e Estadias	(69)	(4)	(54)	(127)
Serviços de Terceiros	(1.083)	(41)	(590)	(1.714)
Consultorias Jurídicas	(549)	-	-	(549)
Outros	(534)	(41)	(590)	(1.165)
Despesas Gerais	(3.241)	(279)	(3.189)	(6.709)
Depreciações e Amortizações	(310)	(24)	(310)	(644)
Despesas Específicas	(1.941)	(170)	(1.368)	(3.479)
Serviços de Terceiros	(797)	(126)	(909)	(1.832)
Consultorias Atuariais	(119)	(116)	(65)	(300)
Consultorias Jurídicas	(556)	-	(136)	(692)
Auditoria Externa	(92)	(10)	(39)	(141)
Outros	(30)	-	(669)	(699)
Despesas Gerais	(1.144)	(44)	(459)	(1.647)
Administração dos Investimentos	(15.319)	(612)	(164)	(16.095)
Despesas Comuns	(15.085)	(602)	(164)	(15.851)
Despesas Específicas	(234)	(10)	-	(244)
Serviços de Terceiros	(234)	(10)	-	(244)
Total	(36.578)	(2.232)	(18.795)	(57.605)

Obs.: a diferença de R\$ 439 mil em 2013 entre o total de despesas administrativas informado acima e o que consta da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (página anterior deste Relatório Anual) refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo Fundo Administrativo até a conclusão dos processos.

(Em milhares de reais)

CUSTOS COM A GESTÃO DOS RECURSOS					
	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	PGA	Total
A) Custo Total	17.008.397	745.625	211.396	48.291	18.013.710
1. Gestão Interna	14.259.617	568.992	153.799	-	14.982.408
Pessoal/Encargos	11.424.874	456.912	123.151	-	12.004.938
Consultorias (*)	161.482	6.315	1.754	-	169.550
Assessoria Jurídica	-	-	-	-	-
Auditorias	-	-	-	-	-
Custódia	135.406	5.420	1.465	-	142.291
Corretagens	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas Tributárias	-	-	-	-	-
Custo Absorvido da Administração Geral	2.537.855	100.345	27.429	-	2.665.628
2. Gestão Externa	2.748.780	176.633	57.598	48.291	3.031.302
Taxa de Administração	507.479	19.103	5.017	3.072	534.671
Taxa de Performance	-	-	-	-	-
Corretagens	909.051	42.634	-	2.156	953.841
Taxa Selic	196.722	7.595	3.476	2.069	209.863
Taxa Cetip	107.774	17.690	12.676	13.843	151.983
Taxa CVM	43.200	38.400	23.040	15.360	120.000
Taxa Bolsa de Valores	413.664	20.541	-	1.361	435.566
Taxa de Controladoria	215.679	8.119	2.132	1.306	227.235
Taxa de Custódia	345.086	12.990	3.411	2.089	363.576
Auditorias de Fundos	4.500	4.500	4.500	4.500	18.000
Outras	5.625	5.061	3.346	2.536	16.568

(*) Consultorias: Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda., MCM Consultoria Econômica Ltda., PPS Portfolio Performance Ltda., Serasa S.A., CMA Consultoria, Agência Estado, Econômica, Prajna Informação e Tecnologia Financeira Ltda., Bloomberg, RB Capital & Pentágono, Bradesco Custódia, Streamtel, Uqbar e Motta Fernandes Advogados.

2.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
01/2014 a 12/2014	INPC	5,50

Documentação / Responsáveis

Nº da Ata: RC nº 002/285 Data: 06/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	35,00	100,00	62,56
Renda Variável	0,00	33,00	22,64
Investimentos Estruturados	0,00	18,00	8,00
Investimentos Imobiliários	0,00	5,00	3,20
Operações com Participantes	0,00	7,00	2,60
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	1,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção da Carteiras de Renda Fixa e de Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	1,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - 0 % do capital total de uma mesma SPE para aplicações integrantes da carteira até 31/12/2012 é de 20,00%. Para novas aplicações, a partir desta data, passa para 10,00% do capital total. 2 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 3 - PL = patrimônio líquido.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	20,00	

Observação: no caso de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira em 31/12/2012, o limite máximo é de 25,00% da série.

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2013	2012	Não Aplica
Plano	-4,29	22,84	
Renda Fixa	-5,88	26,74	
Renda Variável	-4,19	13,73	
Investimentos Estruturados	5,69	6,51	
Investimentos Imobiliários	10,65	9,62	
Operações com Participantes	16,53	12,55	
Investimentos no Exterior			X

2.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	IGP-DI	5,50
100,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	IMA-B	2,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	IGP-DI	5,50
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI World Index	0,00

Documentação / Responsáveis

Nº da Ata: RC nº 002/285 Data: 06/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: : 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	23,00	100,00	43,14
Renda Variável	0,00	40,00	33,48
Investimentos Estruturados	0,00	20,00	13,16
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	15,00	9,22
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	1,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção da Carteiras de Renda Fixa e de Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	5,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - 0 % do capital total de uma mesma SPE é de 10,00%. 2 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 3 - PL = patrimônio líquido.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	15,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Observação: no caso de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira em 31/12/2012, o limite máximo é de 25,00% da série.

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2013	2012	Não Aplica
Plano	-4,22	20,92	
Renda Fixa	-6,66	23,77	
Renda Variável	-3,22	14,54	
Investimentos Estruturados	-12,53	-32,55	
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	11,38	14,56	
Investimentos no Exterior	-	-	

2.3 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	INPC	5,50

Documentação / Responsáveis

Nº da Ata: RC nº 002/285 Data: 06/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim Dispõe de Manual: Sim

Possui modelo proprietário de risco: Não Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Não

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	98,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	2,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	2,50	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM			X
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação ao total de recursos. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário"

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta			X
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE			X
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2013	2012	Não Aplica
Plano	-8,77	32,61	
Renda Fixa	-8,79	32,68	
Renda Variável			X
Investimentos Estruturados			X
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	-15,12	7,42	
Investimentos no Exterior			X

2.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00

Documentação / Responsáveis

Nº da Ata: RC nº 002/285 Data: 06/12/2013

Adminstrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim Dispõe de Manual: Sim

Possui modelo proprietário de risco: Não Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Sim

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	75,00	100,00	86,50
Renda Variável	0,00	20,00	13,50
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X
FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 2 - Não é permitido SPE. 3 - PL = patrimônio líquido.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2013	2012	Não Aplica
Plano	4,63	8,44	
Renda Fixa	5,50	8,17	
Renda Variável	-2,85	9,36	
Investimentos Estruturados			X
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes			X
Investimentos no Exterior			X

TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS PELA REAL GRANDEZA

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Plano de Gestão Administrativa	Total
Renda Fixa	7.421.020.685,17	279.990.031,39	105.276.940,71	55.479.971,76	7.861.767.629,03
Renda Variável	2.244.503.392,60	116.107.044,35	-	5.712.548,15	2.366.322.985,10
Investimentos Estruturados	163.203.408,04	8.224.314,90	-	-	171.427.722,94
Investimentos Imobiliários	356.747.429,86	-	-	-	356.747.429,86
Operações com Participantes	262.966.748,30	43.830.394,80	297.986,51	-	307.095.129,61
Caixa/Despesas a Pagar	11.585.179,62	900.518,47	(1.905,55)	13.814,27	12.497.606,81
Total	10.460.026.843,59	449.052.303,91	105.573.021,67	61.206.334,18	11.075.858.503,35

Rentabilidades dos Planos Administrados pela Real Grandeza

Período	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Plano de Gestão Administrativa	Total
2013	- 4,29%	- 4,22%	- 8,77%	4,63%	- 4,29%

Responsáveis

Fernando Motta & Associados - Auditor de Gestão

Eduardo Henrique Garcia - Administrador Responsável

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2013 R\$	Partic.	2012 R\$	Partic.	Limites da Política de Investimentos
Renda Fixa	7.421.020.685,17	70,95%	8.301.828.695,28	73,39%	Até 100%
Renda Variável	2.244.503.392,60	21,46%	2.231.076.820,72	19,72%	Até 33%
Investimentos Estruturados	163.203.408,04	1,56%	126.579.459,22	1,12%	Até 17%
Investimentos Imobiliários	356.747.429,86	3,41%	368.896.444,86	3,26%	Até 5%
Operações com Participantes	262.966.748,30	2,51%	269.216.918,87	2,38%	Até 7%
Caixa/Despesas a Pagar	11.585.179,62	0,11%	14.939.268,39	0,13%	-
Total de Investimentos	10.460.026.843,59	100,00%	11.312.537.607,34	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	-5,88%	-	-
Títulos a Mercado	-11,70%	IMA	-1,42%
Títulos na Curva	13,14%	INPC + 5,75%	11,63%
Renda Variável	-4,19%	-	-
Carteira de Mercado	-4,54%	IBrX	-3,13%
Carteira de Ativos Diversos	93,72%	IBrX	-3,13%
Investimentos Estruturados	5,69%	IMA-B + 2%	-8,22%
Investimentos Imobiliários	10,65%	IMA	-1,42%
Operações com Participantes	16,53%	INPC + 5,75% (*)	11,66%
Total	-4,29%	INPC + 5,75%	11,63%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do INPC + 5,75% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o INPC.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total Terceirizado(**)
MULTIMERCADO/RENDA FIXA		9.665.116.095,14	92,40%	-
Fundos Exclusivos		9.639.232.151,74	92,15%	-
FRG Plano BD FI Multimercado	Real Grandeza	9.639.232.151,74	92,15%	-
Fundos Invest. Direitos Creditórios		25.883.943,40	0,25%	13,69%
Chemical VI FIDC	Bradesco	25.883.943,40	0,25%	13,69%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		163.203.408,04	1,56%	86,31%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	13.624.348,37	0,13%	7,21%
DLM Brasil TI FIP	DLM Invista	7.286.021,14	0,07%	3,85%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	30.525.000,00	0,29%	16,14%
FIP Brasil Energia	BTG Pactual	87.930.328,58	0,84%	46,50%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	10.325.295,79	0,10%	5,46%
Mellon GTD FIP	BNY Mellon	2.879.410,45	0,03%	1,52%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	10.633.003,71	0,10%	5,62%
Total		9.828.319.503,18	93,96%	-

(**) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados

PLANO BD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			10.460.026.843,59	100,00%
FRG PLANO BD FI MULTIMERCADO			9.639.232.151,74	92,15%
RENDA FIXA			7.388.253.590,84	70,63%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			6.678.250.025,70	63,85%
Notas do Tesouro Nacional			6.456.078.504,05	61,72%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			4.373.392.111,03	41,81%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		570.967	1.285.114.006,57	12,29%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		199.718	965.170.159,91	9,23%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		331.258	736.407.271,75	7,04%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		310.730	729.041.209,69	6,97%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		120.369	358.035.648,35	3,42%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2050)		133.508	299.623.814,76	2,86%
Títulos Mantidos Até o Vencimento ("Títulos na Curva")			2.082.686.393,02	19,91%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		150.159	702.892.207,04	6,72%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		326.916	645.516.350,18	6,17%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		241.997	508.304.059,68	4,86%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		71.854	205.264.459,89	1,96%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		9.223	20.709.316,23	0,20%
Títulos da Dívida Agrária		29.317	2.704.396,03	0,03%
Operações Compromissadas (Adelic)		95.505	219.467.125,62	2,10%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.	
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			710.003.565,14	6,79%	
Letras Financeiras					
	Safra (Vencimento: 15/06/2015)	66	75.016.439,18	0,72%	
	CEF (Vencimento: 15/06/2015)	66	74.655.619,45	0,71%	
	Bradesco (Vencimento: 06/03/2014)	25	35.792.530,83	0,34%	
	Itaú Unibanco (Vencimento: 05/03/2014)	25	35.699.377,62	0,34%	
	Bradesco (Vencimento: 21/07/2014)	25	34.537.850,66	0,33%	
	Itaú BBA (Vencimento: 11/08/2014)	25	34.441.692,42	0,33%	
	Safra (Vencimento: 21/07/2014)	24	33.707.487,76	0,32%	
	Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)	13	12.283.776,07	0,12%	
Letras Financeiras Subordinadas					
	Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)	76	96.422.558,36	0,92%	
	Itaú (Vencimento: 06/02/2018)	76	90.396.915,97	0,86%	
Debêntures Não Conversíveis					
	BNDES Participações (Vencimento: 01/01/2014)	70.256	100.679.481,43	0,96%	
	BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)	42.238	53.645.993,18	0,51%	
	Vale (Vencimento: 08/07/2050)	655.840	6.839.898,81	0,07%	
Cotas de FIDC					
	Chemical VI FIDC (Vencimento: 22/12/2014)	25.830	25.883.943,40	0,25%	
RENTA VARIÁVEL			2.244.503.192,60	21,46%	
Mercado à Vista					
	AES Elpa	ON	333.918	3.085.402,32	0,03%
	Banco do Brasil	ON	1.979.200	48.292.480,00	0,46%
	BM&FBovespa	ON	9.017.850	99.737.421,00	0,95%
	Bradesco	ON	1.110.700	35.486.865,00	0,34%
	Bradesco	PN	4.142.096	120.493.572,64	1,15%
	BRF - Brasil Foods	ON	4.546.614	223.920.739,50	2,14%
	CCR	ON	7.050.400	125.285.608,00	1,20%
	Cielo	ON	779.800	51.193.870,00	0,49%
	Gerdau	PN	2.072.220	38.004.514,80	0,36%
	Itaú Unibanco	PN	10.066.775	315.593.396,25	3,02%
	Itaúsa	PN	6.558.998	58.375.082,20	0,56%
	Klabin	PN	6.449.900	79.075.774,00	0,76%
	Kroton	ON	2.761.300	108.408.638,00	1,04%
	Pão de Açúcar - CBD	PN	279.750	29.348.572,50	0,28%
	Petrobras	ON	6.398.607	102.313.725,93	0,98%
	Petrobras	PN	9.570.718	163.467.863,44	1,56%
	Raia Drogasil	ON	2.710.050	40.054.539,00	0,38%
	Randon Participações	PN	4.196.000	48.212.040,00	0,46%
	Telefonica Brasil	PN	599.300	26.866.619,00	0,26%
	Tractebel	ON	2.053.600	73.806.384,00	0,71%
	Ultrapar Participações	ON	3.759.030	210.317.728,50	2,01%
	Vale	ON	2.890.750	103.228.682,50	0,99%
	Vale	PNA	4.168.100	136.421.913,00	1,30%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
Debêntures Conversíveis de Emissão Pública com Participação nos Lucros			3.511.761,02	0,03%
CRT - Concessionária Rio-Teresópolis		4.620	1.971.077,24	0,02%
Proman - Produtores Energéticos de Manso		2.000	1.540.683,78	0,01%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			6.475.368,30	0,06%
CARTEIRA PRÓPRIA			820.794.691,85	7,85%
RENDA FIXA			32.767.094,33	0,31%
Certificados de Recebíveis Imobiliários			32.767.094,33	0,31%
CRI da 62ª Série da 1ª Emissão da RB Capital		1	32.767.094,33	0,31%
RENDA VARIÁVEL			200,00	0,00%
Mercado à Vista			200,00	0,00%
Proman - Produtores Energéticos de Manso	ON	20.000	200,00	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			163.203.408,04	1,56%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		15.091	13.624.348,37	0,13%
DLM Brasil TI FIP		77	7.286.021,14	0,07%
FII Agências Caixa		33.000	30.525.000,00	0,29%
FIP Brasil Energia		2.888	87.930.328,58	0,84%
FIP Brasil Petróleo 1		12.035	10.325.295,79	0,10%
Mellon GTD FIP		2.149	2.879.410,45	0,03%
Pátria Real Estate III FIP		10.701	10.633.003,71	0,10%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			356.747.429,86	3,41%
Edificações de Uso Próprio			31.844.392,03	0,30%
Rua Mena Barreto, 143 - Rio de Janeiro - RJ			31.844.392,03	0,30%
Edificações Locadas à(s) Patrocinadora(s)			300.071.476,01	2,87%
Rodovia Presidente Dutra, 238 - Rio de Janeiro - RJ			5.395.719,24	0,05%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco A - Rio de Janeiro - RJ			107.213.240,50	1,02%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco B - Rio de Janeiro - RJ			60.705.509,41	0,58%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco C - Rio de Janeiro - RJ			126.757.006,86	1,21%
Edificações para Renda			27.398.323,98	0,26%
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 - São Paulo - SP			22.996.177,18	0,22%
Ed Parque das Palmeiras, R. Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Angra dos Reis - RJ			4.402.146,80	0,04%
Valores a Receber			3.338.932,53	0,03%
Valores a Pagar			(5.905.694,69)	-0,06%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			262.966.748,30	2,51%
Valores a Receber			263.862.574,27	2,52%
Valores a Pagar			(895.825,97)	-0,01%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			5.109.811,32	0,05%

3.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2013 R\$	Partic.	2012 R\$	Partic.	Limites da Política de Investimentos
Renda Fixa	279.990.031,39	62,35%	253.943.950,22	61,73%	Até 100%
Renda Variável	116.107.044,35	25,86%	108.976.371,92	26,49%	Até 40%
Investimentos Estruturados	8.224.314,90	1,83%	8.238.924,93	2,00%	Até 20%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	43.830.394,80	9,76%	39.155.919,10	9,52%	Até 15%
Caixa/Despesas a Pagar	900.518,47	0,20%	1.089.388,38	0,26%	-
Total de Investimentos	449.052.303,91	100,00%	411.404.554,55	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	-6,66%	IMA	-1,42%
Renda Variável	-3,22%	-	-
Carteira de Mercado	-3,37%	IBrX	-3,13%
Carteira de Ativos Diversos	17,14%	IBrX	-3,13%
Investimentos Estruturados	-12,53%	IMA-B + 2%	-8,22%
Operações com Participantes	11,38%	IGP-DI + 5,75% (*)	11,52%
Total	-4,22%	IGP-DI + 5,75%	11,59%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do IGP-DI + 5,75% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o IGP-DI.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total Terceirizado (**)
MULTIMERCADO/RENDA FIXA		399.010.623,85	88,86%	-
Fundos Exclusivos		396.422.229,51	88,28%	-
FRG Plano CD FI Multimercado	Real Grandeza	396.422.229,51	88,28%	-
Fundos Invest. Direitos Creditórios		2.588.394,34	0,58%	23,94%
Chemical VI FIDC	Bradesco	2.588.394,34	0,58%	23,94%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		8.224.314,90	1,83%	76,06%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	416.403,47	0,09%	3,85%
DLM Brasil TI FIP	DLM Invista	383.474,80	0,09%	3,55%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	6.475.000,00	1,44%	59,88%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	417.786,44	0,09%	3,86%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	531.650,19	0,12%	4,92%
Total		407.234.938,75	90,69%	-

(**) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados.

PLANO CD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			449.052.303,91	100,00%
FRG PLANO CD FI MULTIMERCADO			396.422.229,51	88,28%
RENTA FIXA			279.990.031,39	62,35%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			253.746.718,40	56,51%
Notas do Tesouro Nacional			218.314.124,58	48,62%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			218.314.124,58	48,62%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2050)		34.313	77.006.561,07	17,15%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		25.602	56.914.848,77	12,67%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		10.277	30.568.770,69	6,81%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		3.586	17.329.936,18	3,86%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2023)		40.861	36.494.007,87	8,13%
Títulos da Dívida Agrária		320	29.529,90	0,01%
Operações Compromissadas (Adelic)		15.407	35.403.063,92	7,88%
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			26.243.312,99	5,84%
Letras Financeiras			14.447.672,74	3,22%
Bradesco (Vencimento: 06/03/2014)		2	2.863.402,47	0,64%
Itaú Unibanco (Vencimento: 05/03/2014)		2	2.855.950,21	0,64%
Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)		3	2.834.717,55	0,63%
Safrá (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.704.919,07	0,38%
CEF (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.696.718,62	0,38%
Itaú Unibanco (Vencimento: 11/08/2014)		1	1.377.667,70	0,31%
Safrá (Vencimento: 21/07/2014)		2	1.114.297,12	0,25%
Letras Financeiras Subordinadas			2.410.563,96	0,54%
Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)		1	2.410.563,96	0,54%
Debêntures não Conversíveis		4.871	6.796.681,95	1,51%
BNDES Participações (Vencimento: 01/01/2014)		3.744	5.365.292,34	1,19%
BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)		1.127	1.431.389,61	0,32%
Cotas de FIDC		2.583	2.588.394,34	0,58%
Chemical VI FIDC (Vencimento: 22/12/2014)		2.583	2.588.394,34	0,58%
RENTA VARIÁVEL			116.107.044,35	25,86%
Mercado à Vista			116.107.044,35	25,86%
Banco do Brasil	ON	98.300	2.398.520,00	0,53%
BM&FBovespa	ON	474.300	5.245.758,00	1,17%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
Bradesco	ON	57.000	1.821.150,00	0,41%
Bradesco	PN	215.663	6.273.636,67	1,40%
BRF - Brasil Foods	ON	240.150	11.827.387,50	2,63%
CCR	ON	346.500	6.157.305,00	1,37%
Cielo	ON	39.000	2.560.350,00	0,57%
Gerdau	PN	97.000	1.778.980,00	0,40%
Itaú Unibanco	PN	536.050	16.805.167,50	3,74%
Itaúsa	PN	345.384	3.073.917,60	0,68%
Klabin	PN	347.000	4.254.220,00	0,95%
Kroton	ON	145.600	5.716.256,00	1,27%
Pão de Açúcar - CBD	PN	14.000	1.468.740,00	0,33%
Petrobras	ON	331.064	5.293.713,36	1,18%
Petrobras	PN	501.909	8.572.605,72	1,91%
Raia Drogasil	ON	127.000	1.877.060,00	0,42%
Randon Participações	PN	194.900	2.239.401,00	0,50%
Telefonica Brasil	PN	30.500	1.367.315,00	0,30%
Tractebel	ON	107.400	3.859.956,00	0,86%
Ultrapar Participações	ON	201.500	11.273.925,00	2,51%
Vale	ON	145.200	5.185.092,00	1,15%
Vale	PNA	215.600	7.056.588,00	1,57%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			325.153,77	0,07%
CARTEIRA PRÓPRIA			52.630.074,40	11,72%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			8.224.314,90	1,83%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		461	416.403,47	0,09%
DLM Brasil TI FIP		4	383.474,80	0,09%
FII Agências Caixa		7.000	6.475.000,00	1,44%
FIP Brasil Petróleo 1		487	417.786,44	0,09%
Pátria Real Estate III FIP		535	531.650,19	0,12%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			43.830.394,80	9,76%
Valores a Receber			43.087.797,85	9,60%
Valores a Pagar			742.596,95	0,17%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			575.364,70	0,13%

3.3 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2013 R\$	Partic.	2012 R\$	Partic.	Limites da Política de Investimentos
Renda Fixa	105.276.940,71	99,72%	125.726.329,90	99,65%	Até 100%
Renda Variável	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	297.986,51	0,28%	417.373,36	0,33%	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	(1.905,55)	0,00%	20.187,21	0,02%	-
Total de Investimentos	105.573.021,67	100,00%	126.163.890,47	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	-8,79%	Taxa Selic	8,22%
Operações com Participantes	-15,12%	INPC + 5,75% (*)	11,66%
Total	-8,77%	Taxa Selic	8,22%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do INPC + 5,75% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o INPC.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
RENDA FIXA		85.353.609,21	80,85%
Fundos Exclusivos		85.353.609,21	80,85%
FRG FA FI Renda Fixa	Real Grandeza	85.353.609,21	80,85%
Total		85.353.609,21	80,85%

FUNDOS ASSISTENCIAIS - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			105.573.021,67	100,00%
FRG FA FI RENDA FIXA			85.353.609,21	80,85%
RENDA FIXA			85.356.696,17	80,85%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			85.356.696,17	80,85%
Notas do Tesouro Nacional			74.142.393,02	70,23%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			74.142.393,02	70,23%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		11.905	57.532.875,12	54,50%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		5.584	16.609.517,90	15,73%
Títulos da Dívida Agrária		2.244	207.005,38	0,20%
Operações Compromissadas (Adelic)		4.791	11.007.297,77	10,43%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			(3.086,96)	0,00%
CARTEIRA PRÓPRIA			20.219.412,46	19,15%
RENDA FIXA			19.920.244,54	18,87%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			19.920.244,54	18,87%
Notas do Tesouro Nacional			19.920.244,54	18,87%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			19.920.244,54	18,87%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		4.122	19.920.244,54	18,87%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			297.986,51	0,28%
Valores a Receber			254.440,73	0,24%
Valores a Pagar			43.545,78	0,04%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			1.181,41	0,00%

3.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2013 R\$	Partic.	2012 R\$	Partic.	Limites da Política de Investimentos
Renda Fixa	55.479.971,76	90,64%	51.723.738,88	90,72%	Até 100%
Renda Variável	5.712.548,15	9,33%	5.271.302,85	9,25%	Até 20%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-
Caixa/Despesas a Pagar	13.814,27	0,02%	21.689,92	0,04%	-
Total de Investimentos	61.206.334,18	100,00%	57.016.731,65	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	5,50%	Taxa Selic	8,22%
Renda Variável	-2,85%	IBrX	-3,13%
Total	4,63%	Taxa Selic	8,22%

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
MULTIMERCADO		61.206.134,57	100,00%
Fundos Exclusivos		61.206.134,57	100,00%
FRG ADM FI Multimercado	Real Grandeza	61.206.134,57	100,00%
Total		61.206.134,57	100,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	RS	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			61.206.334,18	100,00%
FRG ADM FI MULTIMERCADO			61.206.134,57	100,00%
RENDA FIXA			55.479.971,76	90,64%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			49.815.477,95	81,39%
Notas do Tesouro Nacional			17.992.040,80	29,40%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			17.992.040,80	29,40%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2050)		4.380	9.829.765,32	16,06%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2023)		9.139	8.162.275,48	13,34%
Operações Compromissadas (Adelic)		13.849	31.823.437,15	51,99%
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			5.664.493,81	9,25%
Letras Financeiras			5.664.493,81	9,25%
Safra (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.704.919,07	2,79%
CEF (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.696.718,62	2,77%
Itaú Unibanco (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.131.428,06	1,85%
Bradesco (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.131.428,06	1,85%
RENDA VARIÁVEL			5.712.548,15	9,33%
Mercado à Vista			5.712.548,15	9,33%
Banco do Brasil	ON	5.100	124.440,00	0,20%
BM&FBovespa	ON	23.250	257.145,00	0,42%
Bradesco	ON	2.900	92.655,00	0,15%
Bradesco	PN	10.870	316.208,30	0,52%
BRF - Brasil Foods	ON	11.550	568.837,50	0,93%
CCR	ON	17.300	307.421,00	0,50%
Cielo	ON	1.900	124.735,00	0,20%
Gerdau	PN	4.580	83.997,20	0,14%
Itaú Unibanco	PN	26.255	823.094,25	1,34%
Itaúsa	PN	16.826	149.751,40	0,24%
Klabin	PN	16.400	201.064,00	0,33%
Kroton	ON	7.100	278.746,00	0,46%
Pão de Açúcar - CBD	PN	650	68.191,50	0,11%
Petrobras	ON	16.200	259.038,00	0,42%
Petrobras	PN	24.450	417.606,00	0,68%
Raia Drogasil	ON	6.750	99.765,00	0,16%
Randon Participações	PN	10.400	119.496,00	0,20%
Telefonica Brasil	PN	1.500	67.245,00	0,11%
Tractebel	ON	5.500	197.670,00	0,32%
Ultrapar Participações	ON	9.770	546.631,50	0,89%
Vale	ON	7.150	255.326,50	0,42%
Vale	PNA	10.800	353.484,00	0,58%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			13.614,66	0,02%
CARTEIRA PRÓPRIA			199,61	0,00%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			199,61	0,00%

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE	110.108	131.044
Disponível	317	158
Realizável	109.791	130.886
Aplicações	105.274	125.723
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.503	1.651
Contraprestações Pecuniárias a Receber	208	568
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.295	1.083
Bens e Títulos a Receber	3.014	3.512
NÃO CIRCULANTE	883	851
Realizável a Longo Prazo	883	851
Depósitos Judiciais e Fiscais	883	851
TOTAL DO ATIVO	110.991	131.895
	2013	2012
PASSIVO		
CIRCULANTE	16.035	16.390
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13.301	13.210
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	141	252
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	772	1.065
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Peona)	12.388	11.893
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	53	487
Contraprestações a Restituir	15	405
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	38	82
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	33	23
Débitos Diversos	2.648	2.670
NÃO CIRCULANTE	554	641
Exigível a Longo Prazo	554	641
Provisões Judiciais	554	641
PATRIMÔNIO SOCIAL	94.402	114.864
Patrimônio Social	114.864	92.864
Superávit (Déficit) Acumulado	(20.462)	22.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	110.991	131.895

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	2013	2012
1. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	119.229	96.804
Contraprestações Líquidas	119.229	96.804
2. Eventos Indenizáveis Líquidos	(123.005)	(118.349)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(122.509)	(118.872)
Assistência à Saúde Médico-Hospitalar	(122.360)	(118.685)
Assistência Odontológica	(149)	(187)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(496)	523
3. Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde (= 1 + 2)	(3.776)	(21.545)
4. Outras Receitas Operacionais	39.195	37.643
5. Outras Despesas Operacionais	(25.855)	(22.304)
6. Resultado Bruto (= 3 + 4 + 5)	9.564	(6.206)
7. Despesas Administrativas	(18.829)	(16.467)
8. Resultado Financeiro Líquido	(11.197)	34.709
Receitas Financeiras	8.515	37.172
Despesa Financeiras	(19.712)	(2.463)
9. Resultado Líquido (= 6 + 7 + 8)	(20.462)	12.036

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/08/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear. Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que estavam suficientemente completos, havendo necessidade apenas da aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefício Definido.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza encontra-se em extinção desde 7/7/2005.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo Ofício nº 3.256 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder

31/08/2013

Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)

Número	2.618
Idade média (em anos)	54,4
Tempo de serviço médio (em anos)	28,3
Folha de salários anual	428.624.196

Participantes em aguardo de benefício proporcional¹

Número	64
Idade média (em anos)	51,9

Benefícios Concedidos

31/08/2013

Número de aposentados válidos

Número	5.853
Idade média (em anos)	67,2
Benefício médio mensal	6.883

Número de aposentados inválidos²

Número	214
Idade média (em anos)	64,1
Benefício médio mensal	2.892

Número de pensionistas (grupos familiares)

Número	1.432
Idade média (em anos)	66,1
Benefício médio mensal	1.730

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	RP-2000 Geracional ²
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled ³
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Wyatt 1985 Disability Class 1 ³
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table – 20%	T-1 Service Table – 20%

Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria ⁴	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

¹ Suavizada em 10%, específica por sexo.

² RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

³ Tábua específica por sexo.

⁴ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%. Para os participantes que optaram pelo PREQ, a data de saída por aposentadoria se sobrepõe à hipótese de aposentadoria utilizada.

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em novembro de 2013, estudo de aderência da taxa real de juros com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais. Com um intervalo de confiança de 67%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação da carteira de ativos do plano é compatível com a taxa real de juro de 5,75% a.a.

O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 5,75% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos pertencente ao Plano e indicou uma rentabilidade real acumulada no prazo de 25 anos de 6,50% para o Plano de Benefício Definido.

A expectativa do retorno real acumulado bem como a taxa interna de retorno apuradas nos cenários apresentados nesse estudo são superiores a 5,75% a.a.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza conforme atas de reuniões de 15/01/2014, e atestado tempestivamente pelo Conselho Fiscal conforme parecer de 29/01/2014.

A entidade e as patrocinadoras do Plano de Benefício Definido optaram por reduzir a taxa real anual de juros de 5,75% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2012 para 5,50% a.a.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% por considerarem que essa taxa reflete as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefício Definido foram realizados estudos de aderência de hipóteses pela Towers Watson e pela GEA/FRG.

Os resultados do estudo de aderência de hipóteses da Towers Watson realizado em 2013 foram inconclusivos. Entretanto, a GEA realizou testes estatísticos semelhantes com algumas modificações aceitáveis na metodologia utilizada pela Towers Watson e desta forma referendamos as conclusões do estudo da GEA/FRG, descritas a seguir: substituição da tábua de mortalidade geral para a AT-2000 (suavizada em 10%), manutenção da tábua de mortalidade de inválidos RP-2000 Disabled e substituição da tábua de entrada em invalidez para a Alvaro Vindas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Idade Normal de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial utilizado na avaliação dos benefícios gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo ter flutuações por ser usado para um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado a natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31/12/2013, o Patrimônio Social é de R\$ 10.598.803.470,82.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31/12/2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	10.499.196.727,45
Provisões Matemáticas	10.091.707.425,00
Benefícios Concedidos	6.534.657.017,00
Contribuição Definida	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	6.534.657.017,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	6.078.974.867,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	455.682.150,00
Benefícios a Conceder	3.557.050.408,00
Contribuição Definida	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.512.618.067,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.709.653.551,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(98.517.742,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(98.517.742,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	44.432.341,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	48.389.335,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(1.978.497,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.978.497,00)
Provisão Matemática a Constituir	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	407.489.302,45
Resultados Realizados	407.489.302,45
Superávit Técnico Acumulado	407.489.302,45
Reserva de Contingência	407.489.302,45
Reserva Especial para Revisão de Plano	-

Fundos	99.606.743,37
Fundo Previdencial	-
Fundo Administrativo	51.650.173,68
Fundo de Investimento	47.956.569,69

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 projetado para 31/12/2013.

Valores em R\$			
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	10.091.707.425,00	9.437.980.519,85	6,9%
Benefícios Concedidos	6.534.657.017,00	7.321.528.348,50	-10,7%
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	6.534.657.017,00	7.321.528.348,50	-10,7%
Benefícios a Conceder	3.557.050.408,00	2.116.452.170,35	68,1%
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	3.557.050.408,00	2.116.452.170,35	68,1%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2013 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as alterações de hipóteses selecionadas.

A projeção dos números do exercício anterior, apresentada no quadro acima, considera que os participantes ativos iminentes teriam se aposentado durante o ano. Apesar de termos observado grande quantidade de aposentadorias durante o ano, o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza ainda conta com uma quantidade significativa de participantes ativos iminentes, que já possuem todas as elegibilidades necessárias para se aposentar, mas que ainda permanecem como ativos contribuintes e geram um ganho financeiro para o plano.

Essa situação pode ser verificada no quadro acima, que apresenta valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder acima do esperado, enquanto as provisões de benefícios concedidos do exercício encerrado ficaram abaixo do projetado.

Observamos ainda um acréscimo nas provisões matemáticas devido, principalmente, a alterações de algumas hipóteses conforme descrito no quadro seguinte:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Entrada em Invalidez	(2.541.858)
Mudança da Tábua de Mortalidade Geral	168.775.467
Redução da taxa real de juros	269.560.047

VI – Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo dos Pareceres Atuariais de encerramento dos exercícios de 2007 a 2012, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da então Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2013.

A Fundação Real Grandeza elaborou uma proposta de alteração regulamentar protocolizada no sistema CADPREVIC no dia 13/12/2012. Para análise do processo, a Previc solicitou a manifestação do Dest sobre alguns pontos, em especial sobre os contratos de dívida assinados, que por sua vez requereu que a data de referência dos valores mencionados no contrato seja a data de sua assinatura. Adicionalmente, o Dest solicitou a adequação das cláusulas 95 "b" e 96 do regulamento do Plano. Desta forma, o processo ainda está em análise da Fundação Real Grandeza e das Patrocinadoras para que seja novamente submetido à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

VII – Custo do Plano

O custo do plano apurado em percentual dos salários reais de contribuição é demonstrado na tabela a seguir:

Benefício	Custo em % do Salário
Aposentadorias	9,93
Aposentadoria por Invalidez	0,18
Pensão por Morte	0,14
Pecúlio/BPD	0,02
Custo Normal	10,27

VIII – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Benefício Definido no ano de 2013 foi negativa em 4,32%.

IX – Plano de Custeio

Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item VI, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações realizados pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente, denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2014 estão descritos abaixo:

Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos:

Faixa Salarial/Benefício	Taxa sobre a parcela salarial/benefício
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

Contribuição das Patrocinadoras: Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

Informamos que as contribuições eternas referentes a 5,09% da folha de salários das patrocinadoras foram transformadas em contratos de dívidas, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização da então SPC realizado em 2007. Entretanto, o Dest por meio do Ofício 1726, ratificou o seu entendimento de que a data de referência do contrato deve ser a data de sua assinatura, desaconselhando retroagir a data para 31/12/2010 como realizado. Assim, informamos que os valores destas dívidas com base nos resultados da Avaliação Atuarial de 31/12/2013 equivaleriam a R\$ 44.534.900,44 e R\$ 16.104.357,69 para Furnas e Eletronuclear, respectivamente.

A aplicação das taxas definidas no regulamento mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,44%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 16,88%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 7,03%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de agosto de 2013, a contribuição média de assistidos é de 7,78% em relação à folha de benefícios do Plano.

Tendo em vista que o custeio dos benefícios de risco do plano e das despesas administrativas para os participantes do Plano de Benefício Definido deve seguir critérios uniformes e não discriminatórios, conforme disposto na Instrução SPC nº 5 de 9/12/2003, informamos que conforme Capítulo XXIII do Regulamento do Plano, os participantes optantes pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições de 0,32% para custeio dos benefícios de risco, a ser aplicado sobre o benefício proporcional calculado e reajustado conforme definido no item 48 e seus subitens do Regulamento do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo, através da RC nº 001/248, em reunião do dia 5/10/2012, aprovou um plano de custeio adequando as taxas de contribuição ao custo do plano proporcionando uma redução nas contribuições atualmente praticadas, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar.

Após aprovação das patrocinadoras do plano e do Dest, o processo de alteração regulamentar com as novas taxas foi enviado para análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 13/12/2012, mas ainda não foi aprovado e está sendo revisto pela entidade e pelas patrocinadoras para adequação. Em 2013, como resultado de uma nova fiscalização da Previc, o Ofício nº 128/ERRJ/PREVIC de 04/07/2013, recomendou que o regulamento do plano excluísse a menção a quaisquer taxas de contribuição, dada a natureza do Plano de Benefício Definido.

Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, levou em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido, além da situação do plano à época.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza

Assim, os percentuais definidos em faixas salariais e de benefício a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela Previc. O Plano de Custeio estabelecido pelo Conselho Deliberativo e enviado como parte integrante da alteração regulamentar para a Previc está descrito abaixo:

Contribuição de Participantes Ativos:

Faixa Salarial	Taxa sobre a parcela salarial
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	9,00%

Contribuição de Participantes Assistidos:

Faixa Benefício da FRG	Taxa sobre a parcela benefício
Até ½ Teto Previdência Social	0,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	3,00%

Contribuição das Patrocinadoras: Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,78% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 11,56%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é 1,66%.

Caso o plano de custeio proposto acima pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 10,94% e o resultado seria deficitário em R\$ 310.599.585,55. Destacamos que as taxas de contribuição acima descritas foram desenvolvidas com base na Avaliação Atuarial de 2011, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano, considerando as hipóteses adotadas à época e a situação financeira de então. Dessa forma, recomendamos revisar o plano de custeio para adequação à nova realidade do plano.

Após a aprovação da alteração regulamentar, recomendamos uma avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição que serão aplicados e, além disso, que o custeio do plano possa ser ajustado anualmente ao custo normal, tendo em vista as variações inerentes a um plano de benefício definido.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2013 com os que deverão ser praticados em 2014.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2014)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	8,440	8,400
Amortizante para Furnas/Eletronuclear	0,000	0,000 / 5,090
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Patrocinadores	8,440	8,400 / 13,490

Participantes

Normal	8,440	8,400
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Participantes	8,440	8,400

X – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

O custeio previsto para o início de 2014 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial de R\$ 407.489.302,45, alocados como reserva de contingência e formado pela contínua manutenção do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

Conforme consta neste parecer, as Patrocinadoras, o Dest e a Fundação Real Grandeza estão analisando as alterações necessárias no processo de adequação do Plano de Benefício Definido às exigências do Relatório de Fiscalização da então SPC, para novo envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Após a aprovação da Previc, recomendamos uma nova avaliação atuarial para ratificar os percentuais de contribuição aprovados pelo Conselho Deliberativo da entidade através da RC 001/248.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Valéria Monteiro
MIBA nº 845

Víviam Alves
MIBA nº 1982

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/08/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificou-se que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Contribuição Definida.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria n.º 3.255 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/08/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	2.509
Idade média (em anos)	43,5
Tempo de serviço médio (em anos)	8,1
Folha Salarial anual	272.353.259
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	36
Idade média (em anos)	49,6

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	31/08/2013
Número de aposentados válidos	
Número	31
Idade média (em anos)	59,0
Benefício médio mensal	2.685
Número de aposentados inválidos ²	2
Número	6
Idade média (em anos)	55,5
Benefício médio mensal	826

Número de pensionistas (grupos familiares)

Número	20
Idade média (em anos)	53,7
Benefício médio mensal	1.762

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios do plano	100,00%	100,00%
Benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ³	RP-2000 Geracional ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Wyatt 1985 Disability Class ^{1,2}
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table	T-1 Service Table
Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria ⁴	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

¹ RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

² Tábua específica por sexo.

³ Suavizada em 10%, específica por sexo.

⁴ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, realizou, em novembro de 2013, estudo de aderência da taxa de desconto do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais. Com um intervalo de confiança de 79%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação da carteira de ativos do plano é compatível com a taxa real de juro de 5,75% a.a.

O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 5,75% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos pertencente ao Plano e indicou uma rentabilidade real acumulada no prazo de 25 anos de 7,68% para o Plano de Contribuição Definida.

A expectativa do retorno real acumulado bem como a taxa interna de retorno apuradas nos cenários apresentados nesse estudo são superiores a 5,75% a.a.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza conforme atas de reuniões de 15/01/2014, e atestado tempestivamente pelo Conselho Fiscal conforme parecer de 29/01/2014.

A entidade e as patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida optaram por reduzir a taxa real anual de juros de 5,75% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2012 para 5,50% a.a.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% para Furnas e 2,5% para a Real Grandeza por considerar que essas taxas refletem a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Contribuição Definida foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados do estudo de aderência de hipóteses da Towers Watson realizado em 2013 foram inconclusivos. Entretanto, a GEA realizou testes estatísticos semelhantes com algumas modificações aceitáveis na metodologia utilizada pela Towers Watson e desta forma referendamos as conclusões do estudo da GEA/FRG, descritas a seguir: substituição da tábua de mortalidade geral para a AT-2000 (suavizada em 10%), manutenção da tábua de mortalidade de inválidos RP-2000 Disabled e substituição da tábua de entrada em invalidez para a Alvaro Vindas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Contribuição Definida são avaliados pelo regime de capitalização.

Crédito Unitário Projetado

Em 2013, o método de avaliação atuarial adotado nos benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e o Benefício Mínimo foram alterados do método Agregado para o Crédito Unitário Projetado, para adequação ao item 5.2.1.2 do Regulamento do Plano, o qual descreve que a contribuição específica é calculada para financiar exclusivamente o benefício definido e o saldo projetado. Como o método agregado não gera custo específico para os benefícios, recomendamos a alteração do método atuarial para que o custo do plano não seja influenciado por ganhos ou perdas com as rendas vitalícias em manutenção.

O Crédito Unitário Projetado é usado para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o correspondente custo corrente do serviço. De acordo com este método, um “benefício acumulado projetado” é calculado com base no serviço creditado na data da avaliação e quando a fórmula de benefício utiliza níveis futuros de salário e benefício da Previdência Social, utiliza-se hipóteses para a projeção desses valores para a idade a qual se considera que o empregado deixe o serviço. Em circunstâncias normais o “benefício acumulado projetado” é calculado com base na fórmula de acumulação do plano.

Capitalização Individual – Saldo de Contas

Os demais benefícios, ou seja, Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Pensão por Morte – Participante Vinculado, Pensão por Morte – Participante Assistido, Complementação de Pecúlio, Resgate e Benefício Diferido são determinados pelo Saldo de Contas.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade superior à admitida nas hipóteses atuariais.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário de Participação, elas poderão aumentar nominalmente à medida que os salários e outros componentes da remuneração sofram reajustes.

O método de financiamento é adequado a natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 472.588.343,76.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Contribuição Definida possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades

de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	456.590.590,70
Provisões Matemáticas	458.868.928,00
Benefícios Concedidos	15.260.537,97
Contribuição Definida	4.511.738,97
Saldo de Conta de Assistidos	4.511.738,97
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.748.799,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.050.520,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.698.279,00
Benefícios a Conceder	443.608.390,03
Contribuição Definida	426.404.244,03
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	184.157.873,92
Saldo de Contas – Parcela Participantes	242.246.370,11
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.060,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.183,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(123,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	17.200.086,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	30.298.717,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(13.098.631,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Provisão Matemática a Constituir	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(2.278.337,30)
Resultados Realizados	(2.278.337,30)
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	-
Déficit Técnico Acumulado	(2.278.337,30)
Resultados a Realizar	-

Fundos	15.997.753,06
Fundo Previdencial	-
Fundo Administrativo	14.517.380,73
Fundo de Investimento	1.480.372,33

De acordo com o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, o déficit apurado no exercício, correspondente ao primeiro resultado deficitário e equivalente a 0,50% das provisões matemáticas, não precisa ser equacionado imediatamente, uma vez que é inferior a 10% das provisões matemáticas. Caso o resultado deficitário seja mantido por três exercícios consecutivos será obrigatória a elaboração de um plano de equacionamento de déficit. É necessária a formalização de estudos pela Fundação Real Grandeza que concluam que o fluxo financeiro do plano seja suficiente para honrar os compromissos do período.

O déficit apurado em 31/12/2013 se deve principalmente à rentabilidade negativa do patrimônio observada no exercício de 2013, pela alteração das hipóteses atuariais e pela adoção de um novo método de financiamento para o plano.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 projetado para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	458.868.928,00	456.590.590,70	0%
Benefícios Concedidos	15.260.537,97	10.011.797,97	52%
Contribuição Definida	4.511.738,97	4.511.738,97	0%
Benefício Definido	10.748.799,00	5.500.059,00	95%
Benefícios a Conceder	443.608.390,03	446.578.792,73	-1%
Contribuição Definida	426.404.244,03	426.404.244,03	0%
Benefício Definido	17.204.146,00	20.174.548,70	-15%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 458.868.928,00, apenas 6,09% (R\$ 27.952.945,00) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois correspondem à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 93,91% restantes (R\$ 430.915.983,00) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação Real Grandeza.

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos referente à parcela de benefício definido decorre de novas concessões de saldo de conta em renda vitalícia durante o exercício de 2013.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Fundação Real Grandeza consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos. As alterações das hipóteses de mortalidade geral e redução da taxa de juros geraram um aumento nas provisões matemáticas enquanto a mudança da tábua de entrada em invalidez resultou em um ganho atuarial, conforme quadro abaixo:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Entrada em Invalidez	(13.838.953)
Mudança da Tábua de Mortalidade Geral	5.727.405
Redução da taxa real de juros	869.270

VI – Rentabilidade

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Contribuição Definida no ano de 2013 foi negativa em 4,22%.

VII – Plano de Custeio

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio de 2013 e no período de abril de 2014 a março de 2015 deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

Patrocinadoras

Segmento Benefício Definido:

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e o regulamento do plano, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição específica de 0,72%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano, sendo 0,32% referentes ao custo do pagamento de saldo projetado em caso de Invalidez e 0,39% em caso de morte.

Segmento Contribuição Definida:

No exercício de 2013, com base no cadastro de agosto/2013 informado pela Fundação Real Grandeza, observamos uma contribuição média de 7,03% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras.

A contribuição complementar, de 10,26% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,88% da Folha de Salários Reais de Contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 31/12/2013 em 8,59% da folha de salários.

Tendo em vista a natureza do plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Autopatrocínados

Os autopatrocinados deverão efetuar além das suas contribuições básicas, as contribuições regulares, as contribuições específicas que seriam feitas pela patrocinadora e as contribuições para despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido devem arcar com as despesas administrativas do plano.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2014)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	0,72%	0,67%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,88%	0,89%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,60%	1,56%
Participantes		
Normal	0,00%	0,00%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,00%	0,00%

VIII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, de acordo com os padrões atuariais de prática, informamos que o plano apresenta um déficit técnico inferior a 10% das provisões matemáticas. Nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, será necessário elaborar plano de equacionamento de déficit caso esse resultado seja mantido por três exercícios consecutivos. Além disso, a Fundação Real Grandeza deverá formalizar estudos que demonstrem que o fluxo financeiro do plano seja suficiente para honrar os compromissos no período.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Valéria Monteiro
MIBA nº 845

Víviám Alves
MIBA nº 1982

Aos Membros dos Órgãos de Gestão Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social Rio de Janeiro - RJ

Para a obtenção dos resultados que compuseram a Avaliação Atuarial de 2013 do Plames – Plano de Assistência à Saúde, tomamos por base a Metodologia Atuarial constante na Nota Técnica registrada junto aos órgãos governamentais competentes e informações fornecidas pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social no que concerne a dados cadastrais e movimentações de utilizações do Plames, as quais foram analisadas pela sua consistência, sendo consideradas suficientes e completas.

Os Planos serão custeados por contribuições mensais de seus respectivos beneficiários, na modalidade de pré-pagamento, conforme os valores apresentados no Plano Anual de Custeio que apresenta a necessidade de um reajuste médio de 23,19% (vinte e três inteiros e dezenove centésimos por cento) sobre as mensalidades adotadas em 2013, aplicado de maneira não linear de modo a reduzir a defasagem entre custo e custeio dos Planos Básico Assistidos e Agregados e Especial Assistidos. Para a determinação deste percentual, foi considerado um prazo de 4 (quatro) anos de duração estimada do FESP. Esses valores deverão ser reavaliados atuarialmente com uma periodicidade não superior a 12 (doze) meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

Em reunião de 30/01/2014, o Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza optou pela redução do prazo estimado de duração do FESP para 3 (três) anos, transferir R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do Fundo de Assistência à Saúde - FAS para o FESP, além de considerar reajustes lineares diferenciados por plano. Estas alterações resultaram na necessidade de um reajuste de 19% (dezenove por cento) para os Planos Básico e Especial (Assistido), 35% (trinta e cinco por cento) para o os Planos Básico e Especial (Agregado) e de 15% (quinze por cento) para os Planos Executivo e Executivo Plus (Ativos, Assistidos e Agregados) percentuais estes aplicados sobre as mensalidades adotadas em 2013.

Alertamos para o fato de que a opção pelo reajuste acima descrito, irá aumentar a defasagem entre custo e custeio (mensalidades) nos Planos Básico e Especial Assistidos uma vez que o déficit de custeio destes planos poderá se agravar ao longo do tempo pelo aumento da sinistralidade e pelo aumento do número de beneficiários, podendo afetar o equilíbrio de custeio do Plames como um todo, exigindo medidas corretivas, dentre elas, reajustes superiores ao aumento de custos que vierem a ser verificados nestes Planos. Alternativamente, sugerimos o fechamento destes dois produtos específicos para novas adesões, ensejando a criação de produtos semelhantes com custeio equilibrado.

Em consonância com o regulamento do Plames, o Plano Anual de Custeio, vigente para o período de abril/2014 a março/2015, contempla as contribuições mensais dos beneficiários para a cobertura dos custos de Assistência à Saúde e para o Fundo de Grandes Riscos, classificadas por faixa etária, categoria e modalidade de plano. A receita média mensal esperada, oriunda da aplicação do Plano de Custeio proposto, será de R\$ 12.451.906,70 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, novecentos e seis reais e setenta centavos).

Para o custeio da parcela em pré-pagamento do Plames, estimamos que será necessária uma receita média mensal de 13.656.912,69 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e doze reais e sessenta e nove centavos). Portanto, estimamos um desembolso médio mensal de custeio, a ser suportado pelo FESP – Fundo Especial do Plames, de R\$ 1.205.005,99 (um milhão, duzentos e cinco mil, cinco reais e noventa e nove centavos) para equilibrar o custeio dos Planos. De acordo com as hipóteses de longo prazo formuladas, estimamos que o saldo do FESP acrescido de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a ser transferido do FAS, será suficiente para custear parcialmente o Plames por 3 (três) anos.

Identificamos que a defasagem entre receitas e despesas do Plano de Custeio proposto para abril/2014 a março/2015 é de 8,82% (oito inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), o que poderá ensejar reajustes futuros específicos para a recomposição do FESP, a ser adicionado aos percentuais de reajuste de sinistralidade de cada um dos Planos. Em função da resposta da Fundação ao Relatório de Fiscalização – SPC nº.006/2007/ESRJ, sugerimos que o horizonte temporal de duração do FESP de 4 (quatro) anos seja mantido a cada reavaliação atuarial do Plano. A sistemática de coparticipação nos serviços utilizados, a regra de reajuste das mensalidades em função da sinistralidade e do incremento dos custos assistenciais e operacionais também deverão ser mantidas.

Os Recursos Próprios Mínimos, suficientes para o cumprimento das regras de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência estabelecidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme Resolução Normativa – RN nº. 209/2009 e alterações posteriores, corresponde em dezembro/2013, ao valor de R\$37.877.772,34 (trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e quatro centavos). O Patrimônio Líquido / Social da Fundação deverá, a qualquer tempo, apresentar um valor igual ou superior ao resultado obtido pelas regras constantes na legislação supra citada. Considerando que,

dezembro/2013, o valor contabilizado no Fundo de Assistência Médica perfazia o total de R\$20.950.653,78 (vinte milhões, novecentos e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos) e que os saldos contabilizados no Fundo de Grandes Riscos e na Reserva de Contingência perfaziam, respectivamente, R\$14.502.844,79 (quatorze milhões, quinhentos e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos) e R\$ 25.186.825,35 (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), totalizando R\$ 60.640.323,92 (sessenta milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos), entendemos que esta regra de patrimônio mínimo estabelecida pela ANS está plenamente satisfeita. Eventuais diferenças, se verificadas em função da atualização mensal destes valores, deverão ser ajustadas no Fundo de Assistência Médica.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora, foi calculada, com base em dezembro/2013, em R\$ 12.388.458,73 (doze milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) atendendo integralmente o disposto na Resolução Normativa – RN nº. 209/2009. A Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar - PESL, foi contabilizada em R\$ 771.548,92 (setecentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), com base em dezembro/2013. Conforme critérios estabelecidos na Resolução Normativa supra citada, a Operadora deverá constituir a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e a Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar, integral e mensalmente, atualizando o valor calculado da referida provisão de acordo com as regras vigentes. A contabilização destas provisões deverá obedecer as Instruções Normativas específicas da DIOPE/ANS. Para a vinculação dos Ativos Garantidores das Reservas Técnicas, a Fundação Real Grandeza deverá observar as regras contidas na Resolução Normativa – RN nº 159/2007 e alterações posteriores emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Fundo de Grandes Riscos, destinado a cobrir os valores dos eventos que se situarem entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será custeado por contribuições mensais dos beneficiários, proporcionais à respectiva contribuição ao Fundo Assistencial. A contribuição mensal média per capita calculada para esse fundo é de R\$ 7,15 (sete reais e quinze centavos), valor este que deverá ser reavaliado anualmente em função do nível de sinistralidade que vier a ser verificado.

Em função do parágrafo único do Art. 15 da Lei nº 9.656/98 e do Art. 15 da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que proíbem a variação das contraprestações pecuniárias para consumidores com 60 (sessenta) anos ou mais de idade, se já participaram do mesmo plano, ou sucessor, há mais de 10 (anos); do Art. 2º da Resolução Normativa RN nº 63 determina a adoção de 10 faixas etárias; dos incisos I e II do Art. 3º da mesma resolução determinam que o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária e que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixa etária não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixa, efetuamos ajustes nos valores das mensalidades com o objetivo de redistribuir os custos entre as faixas etárias para adequação à legislação supra citada.

Os Patrocinadores disponibilizarão sua estrutura administrativa, técnica e rede credenciada ou referenciada, assumindo, dessa forma, o custeio das despesas com administração do plano.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 08, de 30/12/2002 e a Resolução Normativa RN nº 63, de 22/12/2003, que alterou a Resolução RDC nº 28, e a fim de que o resultado final reflita, com exatidão, no preço do produto calculado atuarialmente, foi efetuado ajuste nos valores totais das despesas assistenciais, os quais foram incorporados, para fins de demonstração, na coluna “S” do anexo II-B NTRP, conforme Instrução Normativa supra citada.

Por fim, salientamos que os resultados desta Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações nas bases técnicas, premissas e hipóteses utilizadas para os cálculos e que, modificações futuras destes fatores, bem como majorações nos custos ou aumento da utilização dos serviços médicos, hospitalares, medicamentos e materiais cobertos pelos Planos, alteração no Rol de Procedimentos da ANS e adesões e exclusões de Beneficiários, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais apresentados.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2014.

ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial

Luiz Fernando Vendramini
Atuário - Miba 1307

6.1 – PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social Rio de Janeiro - RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação

de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2014.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/O – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão – Contador – CRCRJ – 046.114/0

6.2 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores

Plano de Assistência à Saúde (Administrado pela REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social) Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” (“Plano”) da REAL GRANDEZA-Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nessas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do “Plano de Assistência à Saúde” – REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Outros assuntos

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O “Plano de Assistência à Saúde – PAS”, para fins societários, é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2014.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/O – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

7.1 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, tendo procedido a verificação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, das Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário Externo, aprovou, por unanimidade, as referidas Demonstrações, recomendando sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, com destaque nas ênfases a seguir:

Destacamos que a implantação da taxa de juros de 5,50% e a adoção de novas Tábuas Biométricas, acrescida da baixa remuneração dos investimentos, ocasionou um déficit no exercício de R\$1.976.185 mil no Plano BD e de R\$2.278 mil no Plano CD, encerrando o exercício com a redução do superávit acumulado no Plano BD de R\$2.383.674 mil para R\$407.489 mil. Tais situações já haviam sido alertadas pelo Conselho Fiscal por ocasião das análises do Estudo de ALM e de Premissas e Hipóteses Atuariais.

Adicionalmente, destacamos que se efetivamente fosse implantado, em 2013, o Novo Plano de Custeio do Plano BD, aprovado pelo Conselho Deliberativo, o déficit do exercício no referido Plano seria acrescido de R\$718.089 mil, o que acarretaria uma situação deficitária na ordem de R\$310.600 mil.

Em sendo aplicada, de forma escalonada, a taxa de juros prevista na Resolução CNPC nº 09/2012, de 29.11.2012, o resultado do Plano de Benefício Definido seria impactado negativamente em, aproximadamente, R\$1.080.000 mil.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

Adilson dos Santos Carreira
Miguel Nunes do Nascimento Filho
José Luiz Oliveira de Aguiar
José Henrique da Costa

7.2 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Resolução do Conselho Deliberativo – RC nº 001/293

O Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, na 293ª reunião extraordinária, realizada em 24.03.2014, resolveu, a partir da PRC nº 008.2014:

Aprovar as Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários BD e CD e do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, devidamente submetidas aos exames da Auditoria Externa Fernando Motta e Associados Consultoria e Auditoria e das Consultorias Atuariais Towers Watson e Actuarial.

Victor Albano da Silva Esteves
Presidente do Conselho Deliberativo

8.1 PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PELAS PATROCINADORAS

Em 2013, as Patrocinadoras realizaram os pagamentos de contribuições para os planos de benefícios referentes ao exercício.

8.2 DÍVIDAS DAS PATROCINADORAS

Em 14/12/2000, com o objetivo de pagar valores devidos à época, Furnas e Eletronuclear assinaram Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, comprometendo-se a pagar ao Plano de Benefício Definido da REAL GRANDEZA o montante total de R\$ 704.253 mil a valores de dezembro de 2009. Iniciado em janeiro de 2001, o pagamento de 144 prestações mensais, considerando atualização pela variação do IGP-DI + 6% a.a., foi concluído pelas duas Patrocinadoras em dezembro de 2012, tendo sido cumpridas as condições estabelecidas nos contratos firmados.

Posteriormente, em 13/10/2003, as mesmas Patrocinadoras assinaram novos termos para eliminar déficit remanescente de 2000, registrado como Provisões Matemáticas a Constituir. O montante total a ser pago ao Plano de Benefício Definido da REAL GRANDEZA foi definido em R\$ 273.123 mil a valores de novembro de 2001. O pagamento das 144 prestações mensais, considerando atualização pela variação do INPC + 6% a.a., se iniciou em janeiro de 2004 e será concluído em dezembro de 2015.

Em 01/10/2012, em função de determinação feita pela então Secretaria de Previdência Complementar em 2007, a Patrocinadora Furnas assinou contrato de dívida com a REAL GRANDEZA com o objetivo de substituir contribuições eternas de 2,85% e de 2,24% incidentes sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados. Através desse contrato, Furnas se comprometeu a pagar ao Plano de Benefício Definido o montante de R\$ 61.458 mil a valores de dezembro de 2010, em 86 parcelas mensais considerando atualização pela variação do IGP-DI + 6% a.a.. Em 07/02/2013, pelo mesmo motivo, a Patrocinadora Eletronuclear assinou contrato semelhante, comprometendo-se a pagar, nas mesmas condições, R\$ 18.471 mil a valores de dezembro de 2010.

As tabelas a seguir apresentam os saldos das dívidas existentes em 31/12/2013 e em 31/12/2012.

Dívidas das Patrocinadoras com o Plano de Benefício Definido

Valores em R\$ mil

Furnas	2013	2012	Eletronuclear	2013	2012
Equacionamento de Déficit de 2000			Equacionamento de Déficit de 2000		
Saldo inicial	177.880	217.656	Saldo inicial	24.258	29.681
Parcelas pagas no exercício	(66.712)	(62.685)	Parcelas pagas no exercício	(9.097)	(8.547)
Atualização	17.653	22.909	Atualização	2.407	3.124
Saldo Final	128.821	177.880	Saldo Final	17.568	24.258
Substituição das Contribuições Eternas			Substituição das Contribuições Eternas		
Saldo inicial	53.712	61.458	Saldo inicial	18.471	0
Parcelas pagas no exercício	(12.168)	(21.402)	Parcelas pagas no exercício	(10.089)	0
Atualização	5.650	13.656	Atualização	5.802	0
Saldo Final	47.194	53.712	Saldo Final	14.184	0

Até 31/12/2013, todas as obrigações previstas nos contratos de dívida em vigor tinham sido cumpridas.

8.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DECORRENTES DE EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

Para todos os planos administrados pela REAL GRANDEZA, não houve, em 2013, variações de patrimônio decorrentes de reavaliação de imóveis e de participações avaliadas por valor econômico ou decorrentes de mudança de categoria de títulos e valores mobiliários, que tenham impactado a rentabilidade e que somadas, ao longo do ano, tenham superado 5% (cinco por cento) do saldo de Investimentos no ano anterior.

8.4 ALTERAÇÕES DE ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da REAL GRANDEZA em 2013.

Cabe informar que, em 01/07/2013 e em 26/08/2013, o Conselho Deliberativo aprovou proposta contemplando diversas alterações do Estatuto Social da entidade. Em 31/12/2013, a proposta se encontrava em análise nas Patrocinadoras.

8.5 ALTERAÇÕES DE REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2013, não houve alteração dos Regulamentos dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida administrados pela REAL GRANDEZA.

8.6 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Em 2013, pelo segundo ano consecutivo e em substituição ao pagamento de abonos salariais realizado até 2011, foi realizado o Programa de Remuneração Variável da REAL GRANDEZA, que consiste no pagamento, a todos os colaboradores de seu quadro próprio, de remuneração adicional por desempenho vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas. O Programa contempla indicadores apurados em 3 (três) dimensões (Global, por Diretoria e por Área), indicadores estes que, em conjunto com as metas, são aprovados pelo Conselho Deliberativo. No caso de atingimento de todas as metas, o Programa prevê o pagamento de remuneração adicional equivalente a até 2,5 remunerações.

Para o ano de 2013, a composição das metas, por dimensão, foi a seguinte:

- Global: 30%, composta de 2 metas (15% para cada meta);
- Diretoria: 20%, composta de 2 metas (10% para cada meta);
- Área: 50%, composta de 3 metas (16,66% para cada meta).

No exercício, todos os colaboradores atingiram a totalidade de suas metas, gerando um pagamento total de R\$ 3.082 mil (sem incluir os encargos previstos na Lei nº 10.101 de 19/12/2000).

Com relação aos membros dos órgãos estatutários (Diretoria Executiva e Conselhos), o pagamento de remuneração variável é regulado pela Norma de Remuneração e Benefício dos Dirigentes, aprovada pelo Conselho Deliberativo. Em 2013, o pagamento total foi de R\$ 201 mil.



Fundação de Previdência e Assistência Social

DIRETORIA EXECUTIVA

Aristides Leite França

Diretor-Presidente

Eduardo Henrique Garcia

Diretor de Investimentos

Wilson Neves dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

Roberto de Carvalho Panisset

Diretor de Segurança

Tania Vera da S. Araujo Vicente

Diretora-Ouvidora (até 12/10/2013)

Horácio de Oliveira

Diretor-Ouvidor (a partir de 21/10/2013)

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos

Victor Albano da Silva Esteves - Presidente

Edson Franco Belga de Medeiros

Luiz Roberto Bezerra

Geovah U. A. Machado (até 06/10/2013)

Tania Vera da Silva Araujo Vicente (a partir de 21/10/2013)

Horácio de Oliveira (até 06/10/2013)

Nelson Bonifácio Pereira (a partir de 21/10/2013)

Luiz Carlos Campbell (até 06/10/2013)

Patrícia Melo e Souza (a partir de 28/10/2013)

Membros Suplentes

Augusto Balparda de Carvalho

Celso Antônio Guimarães

Luiz Carlos Abranches

Henrique Pimentel Trigueiro (até 06/10/2013)

Ivan Cunha Mourão (a partir de 21/10/2013)

Pedro de Oliveira Trotta (até 06/10/2013)

Willy Corrêa Ramos (a partir de 21/10/2013)

Luiz Antonio de Andrade Biancovilli (a partir de 21/10/2013)

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Miguel Nunes do Nascimento Filho - Presidente

Adilson dos Santos Carreira

José Henrique da Costa

José Luiz Oliveira Aguiar

Membros Suplentes

Carlos Henrique R. V. de Carvalho

Agildo da Silva Meireles

José Renato Costa de Oliveira

Milton Ronaldo Uryn

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Luciano Frucht (Gerente)

Valéria Paim

Daniela Valle

Eduardo Freire

ASSESSORIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Conformidade, revisão e acompanhamento

Abílio Santos Ferreira Filho (Gerente)

Gabriel Duarte Teixeira

Giselle Rodrigues de Souza

Wladimir Gomes dos Santos

RELATÓRIO ANUAL 2013

Produção **Link Comunicação Integrada Ltda.**

Desenho **João Carlos Guedes**

Imagens **iStock**

**Real Grandeza Fundação de
Assistência e Previdência Social**

Rua Mena Barreto, 143 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP:
22271-100

www.frg.com.br

RS REAL GRANDEZA